

Diário do Legislativo de 19/05/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PTB-PMN-PR-PP)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco	BPS
Deputado André Quintão	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Mauri Torres	BSD
Deputado Wander Borges	BPS
Deputado Delvito Alves	BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
Deputado Paulo Guedes	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Ademir Lucas	BSD	
Deputado Wander Borges	BPS	

Deputado PDT
Doutor
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PMDB-PT-PcdoB

Deputada Maria Tereza PMDB-PT-PcdoB
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Sebastião
Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PRB
Gilberto
Abramo

Deputado BSD
Delvito
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Antônio PMDB-PT-PcdoB
Júlio

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Gláucia
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho
Araújo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Getúlio
Neiva

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Marcus
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado PMDB-PT-PcdoB
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Adalclever
Lopes

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy DEM
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente

Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PcdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Agostinho
Patrus Filho

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD

Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PcdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio Souza Cruz

Deputado BSD
Luiz Humberto Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir Paraca

Deputado BSD
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PcdoB
Gomes

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio Souza Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente

Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Gil Pereira

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
André
Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BSD
João Leite

Deputado BSD
Duarte
Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PcdoB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria Tereza Lara

Deputado BPS
Rômulo Veneroso

Deputado PDT
Tenente Lúcio

Deputado BSD
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PcdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reís BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PMDB-PT-PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Marcus Pestana BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PcdoB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado Quintão André PMDB-PT-PcdoB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma
Diniz

Deputado BSD
Marcus
Pestana

Deputado BSD
Dilzon Melo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever
Lopes

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado BSD
Luiz Humberto Carneiro

Deputado PRB
Gilberto Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado DEM
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PcdoB

Deputado Durval PMDB-PT-PcdoB
Ângelo

Deputado Dimas DEM
Fabiano

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 5/5/2010

Às 10h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ruy Muniz, Dalmo Ribeiro Silva e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Marcelo José Ferreira, Procurador da República (30/4/2010), Humberto Donizete Ferreira e Daniel Flávio Carneiro Cruvinel, Presidentes das Câmaras Municipais de Patrocínio e Coromandel, respectivamente (19/5/2010). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.350/2010, no 1º turno, do qual designou relatora a Deputada Gláucia Brandão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.350/2010 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 921/2007 com a Emenda nº 1; 3.677, 3.999 e 4.133/2009; 4.139, 4.141, 4.199, 4.215, 4.227, 4.229, 4.299, 4.319, 4.333, 4.339 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 4.357/2010, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.861, 5.866, 5.878, 5.885 e 5.905/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.870/2008, 3.377, 3.645, 4.042 e 4.069/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Lafayette de Andrada em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providência em favor do diálogo com os servidores da Educação, como forma de solução para a greve em curso; Gláucia Brandão e Carlin Moura em que solicitam seja encaminhado à Secretaria da Educação pedido de concessão de apoio à edição da "Revista Magalhães" e do "Suplemento Literário", produzidos pela Escola Estadual Professora Maria de Magalhães Pinto, localizada no Município de Igarapé, e para que seja celebrado convênio para a cobertura da quadra de esportes da mencionada escola, conforme vídeo e notas taquigráficas que encaminha referentes à audiência pública realizada pela Comissão em 28/4/2010; Carlin Moura em que solicita reunião de audiência pública para comemorar os 25 anos da "Lei do Grêmio Livre" - Lei Federal nº 7.398, de 1984; em que solicita reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre o processo de concessão de benefícios funcionais e previdenciários a servidores da área da educação; em que solicita reunião de audiência pública, preferencialmente no Município de Itaobim, para debater a situação da Escola Família Agrícola Bontempo, mantida pela Associação Escola Família Agrícola do Médio e Baixo Jequitinhonha; em que solicita seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Ibitiré pedido de informações sobre os motivos do não pagamento de vencimentos de servidores desse Município, conforme relato contido no Ofício nº 26/2010, do Sind-UTE de Ibitiré; Dalmo Ribeiro Silva, Ruy Muniz, Carlin Moura e Lafayette de Andrada em que solicitam seja realizada visita à Secretária de Planejamento e Gestão, para tratar das aposentadorias especiais dos servidores da Educação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2010.

Ruy Muniz, Presidente - Padre João.

Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/5/2010

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ruy Muniz e Padre João (substituindo o Deputado Carlin Moura por indicação do Bloco PMDB-PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta, a deliberar sobre proposições da Comissão e a realizar audiência pública para debater a autonomia da Unimontes e a necessidade de garantir recursos no Orçamento do Estado para investimento na carreira dos servidores da Universidade. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.087/2009, no 1º turno (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.367 e 4.403/2010 (Deputada Gláucia Brandão); 4.451/2010 (Deputado Carlin Moura); 4.371/2010 (Deputado Ruy Muniz) e 4.398/2010 (Deputado Deiró Marra), em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A Presidência informa que não há quórum para a apreciação das matérias constantes da pauta e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Luciana Meireles Ribeiro, Diretora Central de Carreiras e Remuneração, e Nilda Costa Silva, Diretora de Monitoramento, representando Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Isabel Brito, professora da Unimontes; e os Srs. Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Unimontes; Luiz Alberto Rodrigues, Subsecretário de Estado de Ensino Superior, representando Alberto Duque Portugal, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Antônio Gonçalves Maciel, Presidente da Associação dos Docentes da Unimontes; Isael Soares Queiroz, servidor técnico-administrativo, representando os servidores da Unimontes; e Daniel Dias da Silva, Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Unimontes, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. A Presidência suspende os trabalhos ordinários da Comissão. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença da Deputada Gláucia Brandão e dos Deputados Ruy Muniz e Carlin Moura, membros da Comissão. Estão presentes também os Deputados Arlen Santiago, Gil Pereira, Carlos Pimenta, Padre João, Adelmo Carneiro Leão, Weliton Prado e Paulo Guedes. Reabertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ruy Muniz, Carlin Moura, Adelmo Carneiro Leão, Gil Pereira, Arlen Santiago e Padre João (2) em que solicitam seja criado um grupo de trabalho composto por Deputados, pelo Reitor da Unimontes e por representantes dos servidores e dos corpos docente e discente dessa Universidade, para negociar com a Seplag uma solução para os problemas vividos pela instituição, apontados nas reivindicações dos servidores; seja formulado apelo ao Presidente da República, com cópia encaminhada ao Ministro da Educação, pela implantação imediata da Universidade Federal do Norte de Minas Gerais, conforme pedido já entregue ao Presidente que contou com o apoio de Senadores, do Vice-Presidente da República, de Ministros de Estado e de lideranças políticas de todo o Estado. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Carlos Pimenta em que solicita seja encaminhado ao Supremo Tribunal Federal e à Advocacia-Geral do Estado pedido de informações sobre a Adin 2447-7. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2010.

Ruy Muniz, Presidente - Carlin Moura.

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 13/5/2010

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Célio Moreira (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD) e Wander Borges (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença das Sras. Vereadora Terezinha Berenice de Souza Van Stralen, Secretária da Mesa Diretora e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa Social da Câmara Municipal de Sabará; Talita Martins, Delegada de Polícia de Sabará; Vânia Fernandes; e dos Srs. Vereadores José Antônio de Lima, Presidente e Pedro Alves Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sabará; Ten.-Cel. Valter Braga, Subcorregedor, representando o Cel. Cézar Romero Machado Santos, Corregedor-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais; e Marcos Luciano da Silva, Delegado da 4ª Delegacia Regional em Sabará, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir, cada um por sua vez, os convidados, que prestam esclarecimentos sobre o incidente em que um morador desse Município foi atingido por disparo de arma de fogo durante uma abordagem policial, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.405/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (4) em que solicita seja encaminhada à Corte Internacional de Direitos Humanos manifestação de apoio ao III Programa Nacional de Direitos Humanos - DNDH3 -, aprovado pela 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos; sejam encaminhados ao Secretário de Educação, ao Superintendente de Ensino da Regional Centro-Metropolitana C, ao Ouvidor Educacional do Estado, ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, ao Presidente da Câmara de Ensino Médio do Conselho Estadual de Educação e ao Presidente da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais - Fapaemg - cópias das notas taquigráficas da reunião realizada no dia 12/5/2010 e pedido de providências em relação à denúncia de suposta agressão a crianças por uma professora no Colégio Pedro II, da Rede de Ensino Pitágoras; seja encaminhado ao Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais pedido de providências para agilizar a apuração da denúncia apresentada por Luiz Carlos Soares Barbosa, sob o Protocolo nº 7244/2010; e ao Sr. Bruno Alexander Vieira Soares, Coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde pedido de providências em relação a referida denúncia; dos Deputados Durval Ângelo e Wander Borges (2) em que solicitam seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Sabará, à Ouvidoria de Polícia, à Corregedoria da Polícia Militar, à Delegacia de Polícia e à Promotoria de Justiça em Sabará cópias das notas taquigráficas da reunião e pedido de providências em relação ao incidente ocorrido nesse Município, em que um cidadão foi atingido por disparo de arma de fogo durante uma abordagem policial; seja encaminhado à 15ª Companhia da Polícia Militar pedido de informações sobre o roteiro, as placas, os nomes dos condutores e os números de todas as viaturas dessa Companhia que circulavam no Bairro Vila Mariana entre os dias 4 a 13/5/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 13/5/2010

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros e Célio Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico, encaminhando informações prestadas pelo 4º Promotor de Justiça da Comarca de Unaí sobre sua participação em audiência pública desta Comissão nesse Município, e Sebastião Alexandre Ramos, Diretor-Geral do Centro de Referência em Saúde e Educação no Trânsito, encaminhando notificação do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais a sua entidade e solicitando intervenção desta Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 762/2007 (relator: Deputado Rômulo Veneroso). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.468/2010 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara) e 4.469/2010 (relator: Deputado Tenente Lúcio), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 5.996/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Poços de Caldas, com a finalidade de debater com a comunidade e autoridades a questão de segurança pública na Região Integrada de Segurança Pública sediada nesse Município; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Rômulo Veneroso em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o processo de integração das Polícias Civil e Militar, tendo em vista divergências ocorridas entre membros das duas corporações; da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita a participação da Comissão em audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Ouro Branco com a finalidade de criar medidas para coibir delitos e de promover medidas alternativas para garantir tranquilidade ao cidadão; do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado ao Juiz da Vara de Execução Criminal da Comarca de Pará de Minas, Sr. Carlos Donizete Ferreira da Silva, e à Diretora da Penitenciária Pio Canedo, Sra. Sara Simões, pedido de informações sobre o número de vagas existentes nessa Penitenciária e a quantidade de presos recolhidos, especificando os provisórios e os definitivos; do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado aos policiais militares do 48º BPM, que integram o Grupamento Especializado de Patrulhamento em Área de Risco - Geper - manifestação de aplauso pela operação que culminou na maior apreensão de drogas no Município de Ibitê. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso.

Ata da 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 14/5/2010

Às 9h15min, comparece na Câmara Municipal de Inhapim o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, supostas violações aos direitos humanos na Apae de Inhapim e a omissão do Município nos repasses orçamentários legais a essa instituição. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Tereza Feldner, Procuradora Jurídica, representando Sérgio Sampaio Bezerra, Presidente da Federação das Apaes no Estado de Minas Gerais - Feapaes-MG -; Denise Maria Chagas Luca, Lorena de Siqueira Santos, Maria Zeli Coelho Alves e Nádia de

Oliveira Rocha, Vereadoras de Inhapim; e os Srs. Cesar Augusto Torres, Secretário Municipal de Administração, representando Grimaldo de Oliveira Bicalho, Prefeito Municipal de Inhapim; Vereador Geraldo Vieira de Freitas, Presidente da Câmara Municipal; João Batista Marques, Vice-Prefeito Municipal de Inhapim; Paulo Rosa de Oliveira, Secretário Municipal de Assistência Social; Bruno Schiavo Cruz, Promotor de Justiça da Comarca de Inhapim; Flávio Dias Fernandes, Geraldo Vieira de Freitas, Jean José Siqueira, Vereadores de Inhapim, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 17/5/2010

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Vespasiano a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscreta pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, questões relativas à segurança pública no Município e região, e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano; a Ten.-Cel. PM Cláudia Araújo Romualdo, Comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar; a Sra. Ana Glaura, Delegada Regional de Vespasiano; e os Srs. Daniel de Oliveira, Promotor de Justiça da Comarca de Vespasiano, representando Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Maria Heloísa Vieira, Assessora da Gerência Regional de Saúde em Belo Horizonte, Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; o Cel. PM Aryone Juarez de Almeida Júnior, Comandante da 3ª Região de Polícia Militar, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; os Srs. Elcides José Batista Guimarães, Chefe do Departamento de Polícia Civil de Vespasiano, representando Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Ronaldo Silvestre, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública em Vespasiano na Região de Santa Clara, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Rômulo Veneroso (9) em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedidos de providência para transferir a gestão das cadeias públicas de Mariana e Itabirito da Polícia Civil para a Subsecretaria de Administração Prisional; para a instalação de uma Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais - Comoveec - na área da 3ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp -, com sede em Vespasiano; para dotar o Centro de Penas Alternativas de Vespasiano de infraestrutura e serviços adequados à sua finalidade; sejam encaminhados ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedidos de providências para designar um Juiz substituto para responder pela Vara de Execuções Criminais na Comarca de Vespasiano, durante o período de licença-maternidade da Juíza titular; e para instalar a segunda Vara de Execuções Criminais na mesma Comarca, conforme previsto na Lei de Organização e Divisão Judiciária; seja encaminhado ao Defensor Público Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para designar Defensores Públicos para a referida Comarca, tendo em vista a inexistência desses servidores no Município; seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de informações sobre os dados constantes nos registros do Sistema Único de Saúde relativos ao uso de drogas ilícitas na área abrangida pela 3ª Risp; seja encaminhado ao Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal pedido de informações sobre a violência, a criminalidade e os acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias sob responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal na área correspondente à 3ª Risp; seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a violência, a criminalidade e os acidentes ocorridos nas rodovias sob responsabilidade do poder público estadual na área da 3ª Risp. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2010.

João Leite, Presidente - Tenente Lúcio - Rômulo Veneroso - Célio Moreira.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/5/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - FUNAPEC. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e outros estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2010, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. (Urgência.) A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.222/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades dos consórcios intermunicipais de saúde localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Santas Casas de Misericórdia localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 19/5/2010

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.315/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 4.411/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.322/2010, do Deputado Lafayette de Andrada.

Requerimento nº 5.959/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 19/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 19/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.100 e 3.559/2009, do Deputado José Henrique; 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira; 3.857 e 3.858/2009, do Governador do Estado; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio; e 4.083 e 4.136/2010, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 35/2007, do Governador do Estado; e Projetos de Lei nºs 4.350/2010, do Deputado Sebastião Costa; e 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 19/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 179/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 4.025/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.103/2009 e 4.371/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.113/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.140/2010, do Governador do Estado; 4.296/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.327/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.367/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; e 4.403/2010, do Deputado Wander Borges.

Requerimentos nºs 5.919/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.941 a 5.945/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 5.977/2010, do Deputado Carlos Pimenta; 5.981/2010, do Deputado Eros Biondini; 5.992/2010, da Deputada Rosângela Reis; e 6.006/2010, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 19/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.332/2010, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.924 a 5.926/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.935 a 5.937 e 6.008/2010, do Deputado Jayro Lessa; 5.989/2010, do Deputado Almir Paraca; 5.991/2010, do Deputado Inácio Franco; 5.995, 6.113 e 6.115/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 6.024/2010, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 19/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.576/2009, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 3.683/2009, do Deputado Deiró Marra; 3.705/2009, da Deputada Gláucia Brandão; 3.732/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.923/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.018/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.302/2010, do Deputado Wander Borges; 4.306; 4.308; 4.309 e 4.310/2010, do Deputado Padre João; 4.311/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 4.376/2010, do Deputado João Leite; 4.382/2010, do Deputado Weliton Prado; e 4.402/2010, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 6.026/2010, do Deputado Gil Pereira; 6.029 a 6.108/2010, do Deputado Weliton Prado; 6.110/2010, do Deputado Almir Paraca; e 6.117; 6.118 e 6.119/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 19/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.938/2010, do Deputado Jayro Lessa; 5.960/2010, da Comissão de Segurança Pública; 5.990/2010, do Deputado Braulio Braz; 6.116/2010, do Deputado Fahim Sawan.

Finalidade: apresentar o "Master Plan" do Aeroporto-Indústria de Confins, elaborado pela Consultoria Changai Airports International, além de esclarecer detalhes do Projeto Cidade-Aeroporto, a ser implementado no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 19/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública com convidados que menciona, o Projeto de Recuperação de Peças Sacras da Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural e outras ações de salvaguarda dos bens culturais móveis e imóveis em risco no Estado, debater o tráfico de peças sacras e obras de arte, bem como avaliar o risco de espoliação e sinistros do patrimônio histórico.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 19/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.003, 6.004 e 6.005/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 19/5/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica; e 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e outros estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006; 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006; 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001; 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica; 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado; 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica; 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008; 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica; 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica; 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica; 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica; 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica; 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências; 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica; 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica; 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009; 4.222/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades dos consórcios intermunicipais de saúde localizadas em Minas Gerais; 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Santas Casas de Misericórdia localizadas em Minas Gerais; 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007; 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica; 4.389/2010, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais; e 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - FUNAPEC; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 19/5/2010, destinada à realização do ciclo de debates "Pacto Federativo, questão tributária e políticas públicas no Brasil".

Palácio da Inconfidência, 18 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.309/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores e Produtores Rurais do Araçás - Acompra -, com sede no Município de Desterro do Melo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.309/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores e Produtores Rurais do Araçás - Acompra -, com sede no Município de Desterro do Melo, que possui como finalidade implementar ações objetivando a melhoria da qualidade de vida da população local.

Com esse objetivo a entidade desenvolve atividades educacionais, culturais e esportivas; oferece proteção à saúde da família, da infância, da juventude e da velhice; combate a fome e a pobreza; orienta sobre a preservação do meio ambiente; promove a habilitação das pessoas com deficiência, visando à sua inserção na comunidade; e integra seus beneficiados no mercado de trabalho por meio da promoção de cursos profissionalizantes.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.309/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2010.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.310/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos (das) Pequenos (nas) Agricultores e Agricultoras Rurais de Espírito Santo, com sede no Município de Mercês.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.310/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos (das) Pequenos (nas) Agricultores e Agricultoras Rurais de Espírito Santo, com sede no Município de Mercês. Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2008, que busca congregar agricultores dessa comunidade, promovendo seu desenvolvimento por meio do apoio a iniciativas de incremento da produção no meio rural.

A instituição desenvolve atividades assistenciais, educacionais, culturais, econômicas, ambientais e políticas; implementa projetos na área de infraestrutura; combate a fome e a pobreza, gerando segurança alimentar e nutricional; realiza ações para o fortalecimento da agricultura familiar e incentiva as práticas agroecológicas, cooperativistas e agroindustriais para agregar valor aos seus produtos.

Por isso, é oportuna a intenção de se lhe conceder a declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.310/2010 em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2010.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.311/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Dimas Fabiano, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro da Bica, com sede no Município de Pedralva.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.311/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro da Bica, com sede no Município de Pedralva, que tem como finalidade realizar obras e ações visando à melhoria da qualidade de vida da população local.

Com esse propósito, oferece atividades nas áreas da educação, da cultura, do esporte e do lazer, ampara crianças e adolescentes carentes, orienta sobre a preservação do meio ambiente e oferece proteção à saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice.

Além disso, desenvolve campanhas de conscientização junto aos associados e à comunidade em geral sobre seus direitos, fomenta o espírito comunitário estimulando a solidariedade e a integração entre os moradores da localidade e firma convênios com órgãos públicos e privados para subsidiar suas iniciativas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.311/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2010.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.367/2010

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria da Deputada Cecília Ferramenta, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Caravelas Esporte Clube, com sede no Município de Ipatinga.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.367/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Caravelas Esporte Clube, com sede no Município de Ipatinga, que possui como finalidade aprimorar a difusão do civismo e da cultura física, com ênfase na prática do futebol, inclusive o feminino, podendo competir em todas as modalidades esportivas amadoristas especializadas, além de promover atividades sociais e culturais. Dessa maneira, incentiva as pessoas, por meio do esporte e da cultura, a se tornarem agentes de sua própria transformação e colaboradores na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Esclareça-se que a referida Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.367/2010, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2010.

Gláucia Brandão, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.371/2010

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Jayro Lessa, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Marianense de Socialização pelo Esporte - Imse -, com sede no Município de Mariana.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.371/2010 tem por escopo seja declarado de utilidade pública o Instituto Marianense de Socialização pelo Esporte - Imse -, com sede no Município de Mariana. Entidade civil, sem fins lucrativos, o Instituto tem como propósito principal promover ações sociais destinadas às crianças carentes da comunidade, visando contribuir para seu desenvolvimento e conseqüente melhoria em sua qualidade de vida.

Para o cumprimento de seus objetivos programáticos, a instituição procura desenvolver a socialização infantil por meio da prática orientada do futebol; fomentar programas e ações voluntárias; e promover palestras e visitas culturais. Busca ainda firmar convênios e parcerias com instituições públicas, privadas, organizações não governamentais - ONGs - ou organizações da sociedade civil de interesse público - Oscips.

Diante dessas considerações, é meritória a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.371/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2010.

Ruy Muniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.382/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Weliton Prado, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário Mutirão Nova Esperança, com sede no Município de Santa Cruz de Salinas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.382/2010 pretende declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário Mutirão Nova Esperança, fundado em 1997, na Fazenda Mutirão Nova Esperança, região de Sumidouro, no Município de Santa Cruz de Salinas. Sem fins lucrativos, a entidade tem como objetivo lutar na defesa dos direitos da comunidade e colaborar para a solução dos problemas que a afligem, destacadamente aqueles relacionados à saúde, educação, alimentação e habitação.

A instituição promove atividades culturais e recreativas, incentiva o trabalho rural em grupo e em comunidade, presta assistência nas áreas de saúde e educação, busca a integração de seus assistidos no mercado de trabalho e ajuda os moradores por meio de serviços de radiodifusão comunitária.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.382/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2010.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.402/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Evangélicos de Uberlândia - Asceube -, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.402/2010 visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Evangélicos de Uberlândia - Asceube -, com sede no Município de Uberlândia, que tem como finalidade desenvolver atividades comunitárias, assistenciais, culturais, educativas, recreativas, sociais e beneficentes, voltadas à formação profissional e humana dos membros da comunidade em que atua.

Na consecução de suas metas, a Associação desenvolve ações voltadas à proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e

da velhice, ao combate à fome e à pobreza e ao fortalecimento da assistência social aos mais carentes. Além disso, presta serviços de radiodifusão comunitária e trabalha em defesa do exercício da cidadania plena.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.402/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2010.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.403/2010

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Salvador Futebol Clube, com sede no Município de Capim Branco.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.403/2010 pretende declarar de utilidade pública o Salvador Futebol Clube, com sede no Município de Capim Branco, que possui como finalidade proporcionar a difusão de atividades sociais cívico-culturais e desportivas, principalmente do futebol, além de competir em todas as modalidades esportivas amadoristas especializadas. Realiza também atividades de caráter social, cultural e educativo, buscando a integração dos seus associados com os moradores locais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.403/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2010.

Gláucia Brandão, relatora.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 4.066/2009

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a criação, a implantação e o desmembramento de parques florestais e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" em 4/12/2009, foi o projeto examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei sob comento objetiva trazer à apreciação dos parlamentares mineiros as propostas de criação, ampliação e desmembramento de parques localizados no território do Estado, visando ampliar o controle dos representantes do povo sobre as ações do Poder Executivo voltadas para o disciplinamento ambiental.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça destacou que a matéria é de competência legislativa concorrente, estando disciplinada pela Lei Federal nº 9.985, de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc – e dá outras providências. Assim, não caberia ao Estado de Minas Gerais legislar sobre o tema de forma diversa.

A referida lei, conhecida como Lei do Snuc, prevê que unidades de conservação – UCs – poderão ser criadas por meio de lei ou ato administrativo, sendo permitidas as ampliações, sem modificação da área previamente existente, por instrumento normativo de mesmo nível hierárquico do que criou a unidade. Já a modificação dos limites originais de uma UC, por desmembramento, reconfiguração ou supressão, somente poderá ocorrer mediante lei.

Dessa forma, uma área que tenha sido considerada de interesse para a preservação mediante estudos técnicos e consulta pública, conforme disposto pelo § 2º do art. 22 da Lei do Snuc, não poderá ter seu título de UC revogado por meio de ato administrativo do Poder Executivo. Essa vedação, além de conferir segurança jurídica às relações estabelecidas entre o Estado e os proprietários de imóveis da região abarcada pela UC,

assegura que a proteção ambiental instituída somente poderá ser desfeita mediante ampla discussão no âmbito do Poder Legislativo.

Tendo tais regras em vista, a Comissão de Constituição e Justiça constatou divergência entre dois dispositivos da norma mineira que versa sobre o tema, a Lei nº 14.309, de 2002, que dispõe sobre as Políticas Florestal e de Proteção à Biodiversidade no Estado. Visando sanar essa divergência, essa Comissão propôs, por meio do Substitutivo nº 1, que apresentou, a supressão do § 3º do art. 24 dessa lei, por seu conteúdo se afastar do previsto na referida Lei do Snuc.

Segundo tal dispositivo, "as categorias e os limites das unidades de conservação de uso sustentável só podem ser alterados por meio de lei", o que, no tocante à alteração dos limites das áreas, está em desacordo com a norma federal, que, como mencionado, permite a ampliação de UC que tenha sido criada por ato administrativo por meio de instrumento normativo de mesmo nível hierárquico.

Contudo, ao se suprimir o referido dispositivo, elimina-se o comando que restringe a mudança de categoria das UCs de uso sustentável ao processo legislativo ordinário, de modo a ensejar a interpretação de que essa mudança de categoria de UC pode ser feita tanto por lei quanto por ato administrativo. Assim, torna-se necessária a apresentação de emenda que assegure a manutenção do controle social desta Casa sobre a mudança de categoria, conforme procedemos no substitutivo que apresentamos na conclusão.

Avançando na discussão sobre o mérito da proposição, impõe-se também analisar o instituto da consulta pública. Segundo dispõe o § 4º do art. 25 da Lei nº 14.309, de 2002, "a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade (...)", sendo a consulta pública dispensável no caso da criação de estação ecológica ou reserva biológica.

Como se observa, a faculdade da não realização da consulta pública nos casos citados caminha na direção oposta à do objetivo mais amplo da proposição, qual seja o de assegurar o controle do povo sobre as ações que possam restringir o uso do solo no território estadual. Dessa forma, urge também suprimir tais exceções, estendendo a consulta pública a todos os casos de criação de UCs.

Já no tocante à adequação da técnica legislativa, verifica-se que os dispositivos da Lei nº 14.309, de 2002, relativos à criação, à modificação de limites e à mudança de categoria de UCs se encontram dispersos em vários artigos da lei mineira, o que dificulta a compreensão objetiva do tema. Tendo isso em conta, propomos reunir todas essas medidas em dispositivo único, suprimindo os comandos dispersos e promovendo apenas as modificações citadas.

Portanto, apresentamos o Substitutivo nº 2, que incorpora a proposta apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça no que se refere aos limites das unidades de conservação, torna a consulta pública obrigatória para todos os casos de criação de UCs e organiza os dispositivos relacionados ao tema.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.066/2009, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Altera a Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as Políticas Florestal e de Proteção à Biodiversidade no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 26 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 – As unidades de conservação são criadas por ato do poder público.

§ 1º – A criação de unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 2º – No processo de consulta de que trata o § 1º, o poder público obriga-se a fornecer informações objetivas e adequadas à compreensão da população local e de outros interessados.

§ 3º – A mudança de categoria de uma unidade de conservação só pode ser feita por meio de lei.

§ 4º – A ampliação de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 5º – A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica."

Art. 2º – Ficam revogados o § 3º do art. 24 e os §§ 4º, 5º e 6º do art. 25 da Lei nº 14.309, de 2002.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Gil Pereira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, venho a esta tribuna depois de algum tempo, porque fiquei espantado com algumas palavras pronunciadas pelo Senador Hélio Calixto da Costa, fazendo críticas ao governo de Minas. Essas palavras foram publicadas ontem, no jornal "Hoje em Dia". O Senador Calixto critica a gestão do Estado de Minas Gerais. Até recentemente ele elogiava o Governador Aécio Neves, o ritmo de gestão de Minas, dizendo até mesmo que era motivo de orgulho para o Brasil. Entretanto, agora resolveu criticá-lo.

Entre as várias besteiras que disse, o que demonstra o seu total desconhecimento de gestão pública - aliás, não sei se é desconhecimento ou vontade deslavada de mentir para enganar a população -, lerei algumas: "Como pode? A dívida do Estado era de "R\$32.000.000.000,00" e hoje é de R\$55.000.000.000,00? Sabe por quê? Porque não se paga um tostão dessa dívida". Senador, como sempre, V. Exa. está mal-informado. O Estado de Minas paga, por ano, mais de R\$2.000.000.000,00 dessa dívida, que cresce, do governo de Minas com a União. Sabe por quê? Porque os termos da dívida estabelecidos nos idos de 1995 e 1996, na época altamente vantajosos para Minas, assim como para todos os Estados, eram de 7,5% mais o IGP-DI. É importante nos lembrarmos de que estamos falando do princípio do Plano Real. Até então, todo o Brasil vivia aqueles juros de 40%, 50%, 60% ao mês. Negociou-se uma dívida de 7,5% ao ano mais o IGP-DI, que, naquela época, era negócio da China. Com a evolução e a estabilização do Plano Real, hoje uma dívida de 7,5% mais o IGP-DI é impagável. Nem agiota cobra isso. Quando era Ministro, o Senador Calixto não fez um movimento sequer, ou seja, não moveu uma palha para tentar modificar e renegociar essa dívida do Estado com a União, que, aliás, não é só de Minas, mas de todos os Estados. Quer dizer, aquela negociação aconteceu com todos os Estados.

Hoje, em Brasília, está acontecendo uma CPI da Dívida para apurar isso. Não é possível o governo federal massacrar os Estados cobrando juros que nem agiota cobra. Além disso não aceita renegociar essa dívida, o que impede o crescimento dos Estados, e vem o Calixto da Costa dizer que Minas Gerais não a paga. De acordo com o contrato da dívida, nenhum Estado pode pagar mais que 13% da sua Receita Corrente Líquida - RCL. Hoje a RCL de Minas Gerais é de aproximadamente R\$20.000.000.000,00. Dessa forma, 10% seriam R\$2.000.000.000,00. Aliás, estou mencionando números grosseiros. Isso é o que Minas paga todos os anos. Os juros da dívida são de aproximadamente R\$4.000.000.000,00, R\$5.000.000.000,00. Minas Gerais paga só R\$2.000.000.000,00. Aliás, não pode pagar mais que isso, pois o contrato não o permite. Com isso, a dívida só vem aumentando. Agora vem o Dr. Hélio Calixto dizer que a dívida está crescendo porque não se paga um tostão dela.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezado Deputado Lafayette de Andrada, é extremamente oportuno que V. Exa. traga essa matéria com a sobriedade de sempre e a lucidez e o espírito público que norteiam as suas ações. Estamos num período chamado de "pré-campanha". Parece que algumas figuras que respeitamos e que têm destaque na vida nacional assumem um papel de desespero e começam a baixar o nível antes de a campanha começar.

O Deputado Lafayette de Andrada - Deputado Domingos Sávio, minha dúvida é se ele desconhece essa realidade - e assim estaria mostrando bem o quilate do possível candidato - ou se conhece, mas fica dizendo mentiras para enganar a população, o que é pior ainda.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Qualquer das duas hipóteses é inaceitável. Acompanhei tudo atentamente. Ontem me surpreendi também quando li essa matéria no jornal, de uma maneira muito clara. Diante de uma declaração dessa natureza, a própria imprensa já põe manchetes para esse tipo de ataque eleitoral. Qualquer cidadão que acompanhou os quase oito anos do governo Aécio Neves testemunhou que o Presidente Lula deu declarações, assim como, por inúmeras vezes, os Ministros - aliás, o próprio Ministro Hélio Costa -, de reconhecimento à seriedade, à competência, ao exemplo e à referência que passou a ser o governo de Minas por ter conseguido superar graves dificuldades que encontrou no início, promovendo um choque de gestão para modernizar as suas ações e sair de um déficit orçamentário de caixa, mês a mês, para um superávit.

Aí ele tenta negar isso, querendo confundir o cidadão, como se dívida indicasse que não houve superação desse déficit público. Qualquer pessoa que entenda o mínimo de contabilidade sabe que déficit se caracteriza quando se gasta mais do que se arrecada, quando não se tem capacidade alguma para investir. Todas essas pessoas que agora fazem essas críticas sabem que o governo Aécio Neves retomou a capacidade de investimento; não só elas, o povo mineiro sabe. Se não fosse assim, como um governo conseguiu asfaltar tantas rodovias, como conseguiu fazer convênio com todas as prefeituras do Estado, de modo especial com as do PT, do PMDB, sem distinção?

O Deputado Lafayette de Andrada - Iniciando obras importantes nos Municípios.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Iniciando obras estratégicas e desenvolvendo o Estado, porque foi governo que efetivamente corrigiu os erros do passado, fez o Estado avançar, colhendo resultados para a população. Então, vem figura que todos respeitamos e, na condição de pré-candidato, traz declaração...

O Deputado Lafayette de Andrada - Declaração burra.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Falta coerência. Foi lembrado, há poucos dias, como possível aliado do Governador Aécio Neves. No momento em que a aliança não se torna factível ou que, por alguma razão...

O Deputado Lafayette de Andrada - Ou que passou a ser ruim.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Aí vira adversário. O cidadão, por mais simples que seja, está ficando vacinado contra esse tipo de ataque político.

Nós, Deputados, às vezes sofremos com isso. Quando se aproxima a eleição, começam a nos atacar, a turma da Oposição começa a inventar mentira, a caluniar. O cidadão não embarcará nisso. O governo Aécio Neves foi exemplo; o Governador Antonio Anastasia hoje é exemplo de competência, de seriedade. Portanto, parabéns V. Exa. Devolvo-lhe a palavra, porque seu raciocínio está perfeito. Não podemos fazer campanha baixando o nível ou optando por ataques que não têm fundamento, que não guardam relação alguma com a verdade.

O Deputado Lafayette de Andrada - Digo mais. Olhe o despreparo deste homem, não sei se é despreparo ou vontade de falar mentira: "O Senador disse que os tucanos têm medo da derrota, já que a Cemig, em 2010, tem previsão de investimento de R\$3.000.000.000,00 e, para 2011, R\$850.000,00". Será que o Senador acredita no que ele disse? Será que ele acha que empresa do tamanho da Cemig, a maior empresa de energia do País, da América Latina, em um ano tem previsão de investimento de R\$3.000.000.000,00 e, no ano seguinte, de R\$800.000,00? Uma prefeitura pequena do interior investe R\$800.000,00 em um ano. Será que ele acredita no que ele falou? Será que ele consegue avaliar o tamanho da burrice que ele disse, em público, aos jornais? Ou ele está demonstrando total desconhecimento sobre a matéria, total desconhecimento sobre gestão pública - e aí mostra quem é o pré-candidato, quem deseja ser o futuro Governador de Minas Gerais, deseje dele - ou, ao contrário, o que é pior ainda, porque aí é maldade, dolo, ele tem conhecimento da verdade e quer mascarar os fatos e ludibriar a população. Por uma questão de bom senso, não creio que ele acredite nessas palavras; não pode ser.

Sr. Presidente, subi a esta tribuna porque senti necessidade de fazer esse esclarecimento. Mas quero dizer ainda um pouco mais: o governo

federal, ao qual pertencia o então Ministro Hélio Costa, arrecada, todos sabemos, quase 70% de tudo o que é produzido no País. Os Estados e os Municípios ficam com 30%. Mas quase 70% dos investimentos que acontecem no País são bancados pelos Estados e pelos Municípios. Olhe o contrassenso: o governo federal, que arrecada 70%, investe menos de 30% de tudo o que é investido; e os Estados e os Municípios, comprimidos, espremidos, com arrecadação achatada, fazem o dobro de investimento do governo federal. É esse o governo federal a que pertenceu o Ministro Hélio Calixto da Costa. Minas Gerais tem um exemplo muito tranquilo, que todos veem. Por meio do Processo, todos sabem, o governo de Minas asfaltou e está asfaltando todos os Municípios que não tinham acesso asfáltico. São 219 Municípios. O asfalto não chegou a quatro rodovias que pertencem ao governo federal. O governo de Minas ficou oito anos pedindo pelo amor de Deus; implorou, explicou a necessidade de asfaltar 10km, 16km, 15km em quatro rodovias. O governo de Minas asfaltou 215, mas o governo federal não deu conta de asfaltar quatro. É essa a realidade.

Por fim, depois de mostrar as palavras estapafúrdias do ex-Ministro, quero fazer pequena referência à greve dos professores. Parece que hoje pela manhã houve grande entendimento na Assembleia, liderado pelo Presidente Alberto Pinto Coelho, com os sindicatos e a Secretária de Planejamento, Renata Vilhena. Parece que chegaram a um denominador comum, e tudo indica que a greve terminará. A greve é legítima, os professores dizem que ganham pouco, e realmente ganham, e a greve é instrumento para pressionar. Mas não posso deixar de frisar que, durante esse movimento da greve, houve gente que manipulou os fatos, distorcendo a verdade completamente, usando-os politicamente e tentando enganar a população quanto aos Deputados desta Casa. O fato foi este: foi concedido a todos os servidores de Minas Gerais, inclusive aos professores, o aumento de 10%. Foi concedido no último prazo que a legislação eleitoral permitia, no princípio do mês de abril, seis meses antes da eleição. A partir daí, era proibido qualquer tipo de aumento. Os sindicatos dos professores se mobilizaram e deflagram a greve, uma greve que sabiam que não tinha para onde ir, porque o governo está impedido de conceder novos aumentos, a lei não permite. Alguns Deputados e sindicalistas resolveram usar isso para fazer demagogia e jogar mentiras para os professores e para a população, inclusive com cartazes, contendo retratinhos de Deputados que teriam votado contra os professores. Qual Deputado na Assembleia votaria contra os professores? Tenho certeza de que, se não todos, quase todos aqui têm parentes professores. Todos temos uma prima, ou tia, ou sobrinha, ou mãe, ou irmã professora. Todos sabemos que professora ganha mal em todo o País e também em Minas Gerais. Quem votará contra os professores? Mas soltaram cartazes com retratos dos Deputados, inclusive o meu, dizendo que eram traidores dos professores e que haviam votado contra eles. Votaram contra por quê? Porque, no limite legal, votamos aumento de 10%; a partir daí, não era possível fazer mais nada. Alguns Deputados, demagogicamente, apresentaram emendas inteiramente inconstitucionais, sugerindo aumento de 40%, até 60%, algo que não prospera. Baseados nessas emendinhas ilegais, inconstitucionais e demagógicas, resolveram lançar cartazes para Minas Gerais inteira, dizendo que Deputados da Assembleia votaram contra os professores. É mentira deslavada. É isso que quero criticar, não a greve em si. A greve é instrumento que os professores e os sindicatos têm para pressionar o patrão, no caso o governo, para melhorar seus vencimentos. Mas se utilizaram da greve de maneira demagógica, para criticar Deputados que não fizeram nada, que ao contrário, buscaram, ao máximo, o entendimento com o governo antes da greve, para fazer com que o aumento fosse o maior possível. Do que adianta dar aumento que não se pode pagar? Foi dado o aumento possível. Isso é matemática simples. Só se pode conceder aumento até onde é possível pagar. Mais do que isso não se pode aumentar. Foi o que aconteceu. É muito claro. Alguns usaram esse fato de maneira capciosa, com má-fé, para jogar os professores e a população contra o governo e os Deputados, colocando cartazes mentirosos, com retratinhos dos Deputados, o que não nos dá medo. Só quero esclarecer a população sobre esses cartazes e retratos - figuro em todos eles, meu retrato está em todos -, que são mentirosos e não dizem aos professores e à população a verdade dos fatos. A verdade é que todos os Deputados da Assembleia lutaram, suaram e tentaram, ao máximo, dar o maior aumento possível aos professores e aos servidores da educação. E foi o possível. O aumento dado aos professores foi o mesmo aumento dado às demais categorias. Na categoria da educação, os técnicos administrativos tiveram aumento muito superior ao das demais categorias. Houve quem teve 20% e 30% de aumento. O fato é que usaram demagogicamente essa greve. Por sorte, chegou-se a um entendimento, houve discussão ampla hoje, e, ao que tudo indica, os professores voltarão às aulas, como desejam os familiares, os alunos e os próprios professores. A Assembleia Legislativa está de parabéns. Parabéns ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, pela condução dessa negociação. Enquanto os professores precisarem, todos nós, Deputados da Assembleia Legislativa, estaremos firmes, lutando por eles. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Vereadores, ou melhor, Deputados, e pessoas que nos acompanham das galerias, boa tarde. Ao cumprimentar os meus colegas, dirigi-me a eles como Vereadores, o que posso explicar. Sem dúvida, em todas as oportunidades que a vida me deu de representar o nosso povo, atuando na vida pública, o cargo de maior aprendizado, de maior bagagem e com o qual me identifiquei é o de Vereador. Por onde ando em toda esta Minas Gerais, tenho orgulho de dizer que feliz o homem público que tenha tido a oportunidade de passar por esse cargo, que é uma escola. Quando nesse cargo, a pessoa está bem perto do problema do cidadão e, mais do que isso, enfrenta o desafio diário de ir, com o cidadão, buscar as soluções, que quase sempre não estão nas mãos do Vereador. Ele é aquele parceiro solidário nas dificuldades, que recebe as demandas em sua casa, a qualquer hora do dia ou da noite. Tendo sido Vereador, sei o que é a luta de cada um deles.

Assim, inicio minhas palavras cumprimentando dois grandes Vereadores do Centro-Oeste Mineiro. Um deles é o prezado amigo Luciano, Vereador pelo PDT, na cidade de Bambuí. Trata-se de uma liderança, cujo trabalho na área social é exemplar. Visitei a creche que ele dirige, com outros parceiros voluntários, e fiquei encantado. Sabemos que a comunidade de Bambuí reconhece o seu trabalho, Luciano, mas queremos deixar registrado, nos anais desta Casa, esse trabalho digno de louvor, que merece nossos aplausos e nosso reconhecimento. Ao seu lado, um amigo de trajetória, um colega de partido, Líder do PSDB na Câmara, o prezado Vereador Beto Machado, de quem posso falar de forma muito tranquila porque tive o privilégio de, quando Prefeito de Divinópolis, tê-lo como Secretário, um administrador regional da minha querida Santo Antônio dos Campos, a Ermida, que ele representa tão bem na Câmara. Aliás, hoje ele representa mais que isso, representa todo o povo de Divinópolis, consagrando-se como uma liderança na região.

Lembrávamo-nos daquele momento em que fomos surpreendidos com a redução do número de Vereadores nas Câmaras, quando houve inconformismo por parte de muitos com aquela decisão, até pela ausência de uma lei na Câmara Federal. Naquela época, o Beto disputava a eleição e liderou em toda Minas Gerais, de maneira muito corajosa, um movimento para mostrar que se tratava de uma decisão antidemocrática. Diminuir a representação nas Câmaras não ajuda em nada a democracia. O argumento de que se faz economia com isso é um engodo, uma ilusão, porque é a Câmara que fiscaliza o bom gasto do dinheiro público. Sabemos como é difícil o trabalho do Vereador e como é difícil ganhar uma eleição. Que o diga o meu querido amigo Tibério, que aqui está e que é também uma liderança em Divinópolis, com uma história de dedicação à comunidade. Hoje ele é assessor do Beto, mas também já disputou eleições e sabe como é a luta do Vereador.

Portanto, não estranhe aquele que ouviu as minhas primeiras palavras, quando me dirigi aos colegas Deputados e quase fui traído pelo coração, pela emoção, referindo-me a eles como caros colegas Vereadores, tal é o respeito que tenho pelos ocupantes desse cargo. E isso não diminuiria qualquer Deputado; ao contrário, eu estaria certamente me referindo à grandeza da condição de representante do povo.

Ocupo esta tribuna para, em primeiro lugar, relatar uma reunião da qual participei hoje pela manhã. Como estava acertado desde ontem, tão logo cheguei aqui me dirigi à Presidência da Casa. Nessa reunião, tive oportunidade de, como Líder da Maioria, estar ao lado do Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, dos Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente da Casa, e Padre João, Líder da Minoria, e de outros parlamentares, que também se dispuseram a cumprir papel importante para o Legislativo, o de mediador e de representante dos anseios legítimos do povo, fazendo com que o diálogo, o debate democrático e o entendimento prevalecessem na solução dos problemas que afligem nossa população. Nossa meta era construir um entendimento entre governo, Poder Executivo e trabalhadores da educação. Conforme acertado, a Secretária de Estado Renata Vilhena, que representa o Poder Executivo; os representantes do sindicato dos trabalhadores da educação e do Sind-UTE; as Profas. Beatriz e Marilda, minha conterrânea de Divinópolis; além de algumas lideranças sindicais se reuniram para um debate franco e sincero, no qual prevalecesse o interesse público dos professores, dos educadores e obviamente de todo povo mineiro. Vivemos um momento delicado. Essa greve, a essa altura, é ruim para todos. Para o professor, estar em greve nunca é a melhor solução. Ele acaba sofrendo e corre o risco de, no mínimo, superadas as dificuldades, ter de repor as aulas e comprometer seus momentos de descanso. Trata-se de uma atividade penosa, que exige não apenas o trabalho do dia a dia na escola, mas também, muitas vezes, um trabalho prolongado em casa. Por esse motivo é preciso respeitar esse educador, esse professor, proporcionando-lhe melhores condições. O aluno, as crianças, os jovens e os adolescentes também sofrem com a greve, e muito. Há o risco de um prejuízo irreparável. Diante de uma greve, fica comprometida toda a vida desses

jovens, daqueles que prestarão exame do Enem ou outra prova seletiva, como um vestibular. Falo de milhões de vidas, de milhares de professores e alunos.

É preciso haver bom senso e união de todos num mesmo propósito. Primeiro é necessário esclarecer algumas posições. Nada justifica certos posicionamentos, principalmente quando não são verdadeiros. Devemos compreendê-los como fruto do calor do movimento. Citarei um exemplo. Como foi dito pelo Deputado que me antecedeu, são absurdas e sem fundamento algumas acusações de que este ou aquele Deputado tenha votado contra o aumento dos professores. Votei a favor dos professores e dos educadores em todos os projetos que chegaram a esta Casa, assim como os demais colegas. Entretanto, há quem diga que alguns votaram contra. De maneira bem didática e simples, é importante esclarecermos como funciona esse aumento de salário. Reconhecemos que os professores estão longe de ter uma remuneração justa e digna. Por definição da Constituição brasileira, aumento de salário é prerrogativa do Poder Executivo. Nenhum Deputado, seja ele da base do governo, seja da Oposição, pode dizer que fará projeto para aumentar salário ou estabelecer novo piso aos professores ou que proporá uma emenda para que o aumento dos professores seja de 20% ou 30%, e não 10% como proposto pelo governo. Todos os Deputados desta Casa, sem exceção, sabem que isso é inconstitucional. O pior é propormos um projeto em vez de votarmos aquele que o governo nos mandou. O projeto enviado pelo governo a esta Casa tem respaldo constitucional, cabendo à Assembleia aprová-lo ou rejeitá-lo no que diz respeito ao volume de gastos, ao percentual de aumento. Naquele momento, tínhamos um prazo. Se não aprovássemos aquele projeto do governo até o final de março, para o Governador sancionar na primeira semana de abril; se ele ainda estivesse em discussão aqui, mesmo que o aprovássemos hoje, não tinha mais como ele surtir efeito este ano, ou pelo menos antes da eleição, pois há uma lei federal que estabelece que, a partir de 180 dias antes da eleição, é proibido qualquer reajuste salarial. Isso é lei federal, por cima da qual eu, o Governador Aécio Neves, na época, e agora o Governador Anastasia não podemos passar. Nenhum Deputado que queira fazer um agrado para os professores pode dizer que dará um aumento maior, porque tem de se respeitar a Constituição, que é mais que uma lei qualquer, é a maior lei do Brasil. Sem ela não há nem democracia, é desordem total. A Constituição é clara, e não tínhamos essa alternativa. Havia um prazo. Negociamos com o governo, conversamos para ver se ele poderia mandar, por sua iniciativa, um substitutivo aumentando alguns valores. Até conseguimos aprimorar, em harmonia com o governo, alguns artigos da lei, mas não era possível, naquele momento, votar o projeto de um Deputado da Oposição que quisesse que não votássemos o do governo para votarmos a sua emenda. Se fizéssemos isso, daríamos um presente de grego aos professores, pois votaríamos algo inconstitucional que fatalmente não teria validade. Ai, ao invés de 10% de aumento, haveria 0%.

Na verdade, há até aqueles que querem apostar no quanto pior melhor. Ai vira um tumulto, todo mundo insatisfeito, vira arma eleitoral. Mas há a nossa responsabilidade com a educação, claro que sentindo que ainda falta muito. Por isso estamos trabalhando para abrir um diálogo com o governo. Votamos a favor dos professores e de todos os servidores públicos. Qualquer outra colocação que levarem a você, cidadão, digo aqui, de forma muito clara, que é mentirosa. Pior que isso, é covarde. Tentam passar uma falsa verdade. Não contam, por exemplo, que, se votássemos, seria algo inconstitucional, não produziria efeito algum e, pior, poderia impedir que produzisse efeito o que podíamos votar efetivamente, que era o projeto do governo, que tem poder constitucional para propor um aumento.

Na prática, foi o que ocorreu, mas não estamos satisfeitos com isso, como não estão satisfeitos os professores que estão em greve. Estando em greve, é preciso diálogo. Ao lado de outros colegas desta Casa, procuramos sensibilizar o governo para haver diálogo. E o diálogo ocorreu hoje, de manhã, quando houve a reunião entre a Secretária Renata Vilhena e os representantes dos servidores, que, de uma forma muito séria e responsável, querem uma solução. Ali ficaram acertados alguns itens. Por exemplo, ficou acertado que não ocorrerá algo que não aceitamos de maneira alguma: que o governo, de forma autoritária, comece a fazer demissão. Ficou acertado que o governo não fará demissão, embora a greve tenha sido decretada ilegal pelo Tribunal de Justiça, o que, em tese, do ponto de vista apenas da lei, lhe dá esse direito. Mas entendemos que não é por aí, não é com uma decisão autoritária que se resolverá esse impasse. Então ficou acertado que não haverá demissão e que, em vez de simplesmente cortar salários, haja reposição das aulas. É fundamental que as aulas sejam repostas aos alunos para não haver corte de salário. Se, por ventura, já tiver havido algum corte, que haja uma folha complementar, de imediato, para repor o salário aos professores, que obviamente reporão as aulas aos alunos. Também ficou acertada a nomeação de uma comissão oficial paritária, metade de representantes dos sindicatos, metade do governo, para estudar as alternativas legais, para que possamos avançar mais e conseguir melhorar, de fato, o salário do professor, do servente, dos auxiliares, de todos os educadores. Isso realmente é consenso. Todos entendemos que não dá para continuar convivendo com um salário que, todo dia, provoca desespero no professor, salário com o qual ele não pode viver adequada e dignamente. E isso todos nós entendemos, não esse ou aquele partido. Isso é avanço concreto.

A minha esperança se baseia na contribuição desta Casa Legislativa. Cumprimento o Presidente Alberto Pinto Coelho, que coordenou muito bem a reunião, os dirigentes do Sind-UTE, os dirigentes sindicais e a Renata Vilhena, porque foi um debate civilizado, respeitoso, com todos querendo uma solução. Daí a minha expectativa de que possamos, nas próximas horas, quando muito nos próximos dias, ter a solução desse impasse, com as aulas voltando à normalidade e, mais que isso, tendo a garantia de que essa comissão estuda uma série de medidas que possam melhorar a situação do professor e do educador. Que a verdade prevaleça e que este jogo não continue, pois acaba sendo jogo eleitoral, em que alguns ficam culpando este ou aquele Deputado, com afirmações mentirosas, dizendo que determinado Deputado votou contra o aumento. Nenhum Deputado desta Casa votou contra o aumento dos professores nem votaria. Isso não tem lógica, é atitude covarde. Colocar cartazinhos em escolas ou outros lugares, com mentiras, é perseguição política, é algo da época da ditadura. Disputaremos as eleições com verdades. Fazer perseguição política não nos ajudará nem educará nossos jovens nem lhes dará bom exemplo. Todos desta Casa sabem muito bem que todos votamos a favor do projeto de lei que tínhamos aqui. Se votássemos a favor de emenda inconstitucional, daríamos presente de grego, pois nem o projeto seria sancionado nem haveria aumento algum. Essa é a pura verdade. Que isso fique registrado nesta Casa não apenas como defesa deste Deputado, mas também da Assembleia Legislativa, do parlamento e da verdade. Meu tempo se esgotou, mas foi possível transmitir mensagem verdadeira e clara. Aliás, mais do que isso, deixo claro que estamos nos empenhando para que essa greve termine, os alunos voltem às escolas e os professores sejam valorizados, pois realmente merecem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João* - Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, público que nos acompanha pelas galerias e pela TV Assembleia. Sr. Presidente, ontem e hoje foram dias de trabalho intenso, com conquistas e derrotas para os servidores da área da educação, do Judiciário e da Unimontes. Há mais de década, cerca de 20 anos, não víamos tanta arbitrariedade do governo do Estado, com ameaças e perseguições, em relação às demissões e aos trabalhadores em greve. É absurdo os professores não poderem usar a camisa do Sind-UTE. Isso é absurdo, inadmissível no Estado Democrático de Direito. Se a usassem, apanhavam da polícia. É algo da época da ditadura, mas essa arbitrariedade aconteceu nos últimos dias, não apenas no Triângulo, mas também em Belo Horizonte.

Ontem fizemos um apelo para que o Presidente da Casa se reunisse e recebesse a coordenação do Sind-UTE para reabrir a negociação com os trabalhadores, mesmo estando em greve. A grande reivindicação dos trabalhadores e das trabalhadoras da área da educação é que este governo se reúna com os trabalhadores em greve. Mostrando postura arrogante, este governo dizia que não se reuniria com esses trabalhadores. Esta foi a primeira conquista dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação: reuniram-se com o governo, mesmo estando em greve. Esperamos, então, que criar esta comissão ou grupo de trabalho não seja forma de enganação, enrolação, adiamento do problema. É preciso levar a sério os trabalhadores e as trabalhadoras que vêm recebendo minguado salário, com piso de R\$280,00, R\$319,00, R\$369,00. Isso é inadmissível. O salário-base, colegas Deputados e Deputadas, é a referência na carreira, na progressão. Esse é o salário levado em conta quando se aplicam os reajustes. O que é reajuste de 10% em R\$280,00, em R\$319,00? Isso é o que estamos falando e tem de ser compreendido por nós, Deputados, que temos de nos ocupar do que já é lei e entender, pois às vezes ficamos a reboque da imprensa, ou de parte dela, que está mais a serviço do governo do que do Estado Democrático de Direito, da comunicação séria, que respeita todos os cidadãos mineiros. Então temos de compreender, de fato, a carreira do servidor público em Minas Gerais. É grande injustiça o que vem acontecendo.

De igual forma tenho aqui várias cópias de contracheques dos trabalhadores da Unimontes. Há quase dois meses, os técnicos do hospital estão em greve. É escândalo o contracheque dos servidores. Aqui temos vencimento básico de R\$474,00, ou seja, abaixo do salário mínimo, mesmo quando são computadas as gratificações. Que exemplo é esse de relação do Estado com os trabalhadores? É péssimo. Foi muito bom ter havido abertura com o Sind-UTE. Também foi muito bom a Secretária ter vindo a esta Casa. Reconheço seu gesto de, pelo menos, vir aqui, livrando os servidores e os Deputados de irem até à Cidade Administrativa. Entretanto, Sr. Presidente, lamento que a Secretária de Planejamento e Gestão

tenha estado aqui, na Casa, resolvendo situação do Sind-UTE e, ao ser questionada a respeito de quem representaria a ela e a sua Secretaria na audiência da Unimontes, tenha respondido que nem sabia que tinha sido convidada para tal audiência. Vejam que ela não sabia que havia sido convidada e enviou duas pessoas, que vieram e representaram a Secretaria. Pergunto: com que autonomia e poder de decisão Luciana Ribeiro e Nilda Costa Silva estavam na audiência da Unimontes, representando a Seplog, se a Secretária nem sequer sabia que tinha sido convidada? Isso é um desrespeito com nossa Unimontes, que é universidade estadual, pública e merece respeito por sua história e pelo relevante serviço que vem prestando ao Estado, aos mais pobres. Isso é um grande desrespeito com a Unimontes e também com esta Casa, pois o requerimento foi aprovado na Comissão de Educação, em novembro de 2009, quando o apresentamos. Infelizmente, somente hoje, no dia 12 de maio, essa audiência foi realizada.

Mas ainda bem, pois, tão logo foi marcada a audiência no mês de abril, houve reunião na Secretaria de Planejamento, pela tal bancada do Norte. Sou Deputado Estadual e, enquanto tal, somos responsáveis pelos 853 Municípios de Minas Gerais. Portanto somos responsáveis por universidade pública, a Unimontes, que não é exclusividade da bancada do Norte. Se a bancada se organiza para obter as reivindicações do Norte, jamais poderá ser vetada a participação de Deputados em qualquer audiência, seja com Secretários, seja audiência de nosso interesse, apresentada por este Deputado. Fica aqui também, Sr. Presidente, nossa indignação pela forma como foi conduzida essa audiência pública. Conseguimos reparar um pouco e franquear a palavra para algumas pessoas, a pedido dos próprios alunos. Reconhecemos aqui a postura do Daniel, representante do DCE, que abriu mão de se manifestar para conceder a palavra ao público presente. É costume, em qualquer audiência pública, ouvir os convidados e, em seguida, aqueles que queiram se manifestar ou pelo menos grupo de representantes. Trata-se de prática nesta Casa, e inicialmente a palavra havia sido negada, assim como cancelada a audiência. Ainda bem que houve firmeza por parte de homens, mulheres e jovens que viajaram durante toda a noite para participar dessa audiência e disseram que não arredariam o pé desta Casa enquanto os trabalhos não fossem retomados. Parabéns pela postura de amor à universidade, pelo gesto dos trabalhadores dos corpos docente e discente e técnicos, que tiveram a posição de não sair da Casa enquanto os trabalhos não fossem retomados. Isso expressa o amor e o compromisso com a universidade.

O desdobramento é também ter grupo de trabalho junto à Secretaria de Planejamento e Gestão com o Reitor, com representante dos professores, dos técnicos e dos alunos, para assim resolverem, em curtíssimo prazo, algumas demandas e, em médio prazo, outras questões urgentes da universidade. São mais de sete anos de abandono. Os professores reclamaram que não têm sequer giz, o que é vergonha para uma universidade pública. Foram tantos recursos para a Cidade Administrativa, para fortalecer outros segmentos que indiretamente enriquecem grandes empresários do Estado e fora dele, e não há recurso para a educação? Não há recurso para o ensino superior? Isso é aberração. Este é o modelo do governo tucano, o sucateamento não só da educação, mas também da saúde, porque, aí sim, se fortalecem as grandes empresas da área da saúde ou da educação. É este o projeto: fortalecer as grandes empresas e até as multinacionais e sucatear o serviço público, os serviços fundamentais como educação e saúde, tornando o papel essencial do Estado como negócio. É um grande equívoco esse projeto. Temos de dar um basta, em Minas Gerais, a este projeto que não coloca como prioridade o papel do Estado, com serviços eficientes em favor do povo.

Sr. Presidente, quero concluir externando também minha indignação em relação ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Senti-me enganado quando o Desembargador Sérgio Resende enviou a esta Casa um ofício dizendo que acatava a emenda, exceto a retroatividade. Na emenda constava a recomposição salarial de 10,14% e a retroatividade a janeiro de 2010. Desembargador Sérgio Resende, esperamos que, antes de V. Exa. sair da Presidência do Tribunal de Justiça, seja enviada a esta Casa, que tanto contribuiu com V. Exa., graças a um apelo do Presidente Alberto Pinto Coelho, uma mensagem que posteriormente se tornará projeto de lei, garantindo, assim, a recomposição salarial dos servidores do Tribunal de Justiça, e não retroativo a janeiro, mas à data-base estipulada no projeto que já foi votado ontem à noite em 1º turno. Portanto, como V. Exa. recebeu uma contribuição desta Casa, espero também que reveja sua posição, para que não fique numa situação pior. Contamos com o bom senso não só do Desembargador Sérgio Resende, mas também de toda a Corte, no sentido de valorizar e respeitar os servidores do Tribunal de Justiça, enviando a esta Casa o projeto que garanta a recomposição salarial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado José Henrique; as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, o público presente, a imprensa, e todos que nos assistem pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, inicialmente gostaria de fazer coro com o Deputado Padre João em duas questões centrais. De um lado, no que se refere à discussão aberta hoje, aqui, com a participação decisiva da Presidência da Assembleia, para promover o diálogo, reabrir as negociações, entre os profissionais da educação do Estado de Minas Gerais, em greve, com o governo do Estado. Também reconhecer o gesto da Secretária de Planejamento Renata Vilhena em vir a esta Casa, sentar-se com a direção do Sind-UTE, demais representantes e os Deputados, a fim de encaminhar uma solução possível, mais que necessária, para a greve que vem se arrastando.

Trata-se de um gesto de democracia, uma valorização do diálogo, de civilidade, que, de certa forma, está atrasado por parte do governo do Estado, mas ainda em tempo para provocar a solução que esperamos ser definitiva e sem retrocessos. Acompanhamos, ao longo dos últimos anos, várias negociações, inclusive algumas com o Sind-UTE, em que foram feitas manifestações de intenção, com documentos assinados, assumindo compromissos e responsabilidades, mas infelizmente parte substancial de alguns acordos, mesmo com o Sind-UTE, não foi cumprida. Isso foi primordial para desencadear nesse momento o movimento grevista. No que diz respeito à Unimontes, entendemos que todas as reivindicações são justas, aliás, conhecemos de perto essa instituição de excelência em Minas Gerais, na avaliação das instituições públicas de ensino superior do Brasil. A Unimontes está muito bem-classificada, precisando efetivamente, para manter esse padrão, que se atenda às reivindicações tanto do corpo discente quanto do corpo docente, as quais hoje foram aqui apresentadas na audiência pública. Esperamos que a Unimontes possa expandir a sua rede, exatamente na área em que ela já está localizada, na região Noroeste de Minas, nos Vales do Rio Paracatu e Uruçuaia. A Unimontes também já tem alguns outros campos ainda tímidos, porém avançados, por isso esperamos que essa Universidade ganhe corpo e musculatura suficiente para se fazer plena, inteira, tanto na cidade de Paracatu quanto na cidade de Unaí, e para que possa abrir outras frentes, ou seja, ter presença em outras cidades da nossa região, a fim de cumprir esse papel de democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade em Minas Gerais.

Sr. Presidente, queremos ainda trazer a público um requerimento que protocolamos ontem, nesta Casa, solicitando sejam formulados votos de congratulações com a direção, os funcionários, voluntários, parceiros e usuários da Fundação Conscienciarte, que tem sede na cidade de Paracatu, pela comemoração do seu 18º aniversário de fundação. Gostaria de dizer do nosso vínculo com essa instituição. Eu fui o idealizador, o criador da Fundação Conscienciarte, que nasceu muito vinculada à campanha eleitoral, para Vereador, que fizemos no ano de 1992, em Paracatu. Naquela ocasião a Fundação, ainda idealizada, já era fruto de uma ampla intervenção social que envolvia atividades e participação nas Comunidades Eclesiais de Base, na nossa cidade de Paracatu. Uma parcela desse acúmulo vem também da participação do movimento cultural de Paracatu, dos movimentos de luta ambiental, e ainda do movimento estudantil.

São essas as quatro vertentes principais de uma militância de longa data. Isso tudo começou no período em que éramos estudantes da UFMG, no curso de História, passando pela nossa militância no movimento sindical bancário, desde quando participamos ativamente do movimento de oposição bancária, um processo que redundou na retomada do sindicato dos bancários de Belo Horizonte. Portanto foi essa trajetória de inserção e compromisso social que resultou na concepção e na formulação da Fundação Conscienciarte. A proposta do então candidato a Vereador, Almir Paraca, este Deputado que lhes fala neste momento, era utilizar integralmente o salário do Vereador - caso eu fosse eleito - na constituição da Fundação Conscienciarte e no desenvolvimento de atividades diversas, voltadas para a qualificação profissional, a formação humana e a ampliação da consciência crítica, seja de adolescentes e crianças, seja dos trabalhadores em geral, estimulando e incentivando a mobilização social, o empreendedorismo infanto-juvenil e, principalmente, a organização dos diversos setores da nossa comunidade de Paracatu. Pudemos fazer essa proposta exatamente porque, naquela época, eu já era funcionário do Banco do Brasil, portanto tinha um

emprego, uma fonte de renda garantida para tocar a minha vida e cuidar da minha família. Todavia achei - mais que possível - achei necessário um gesto, uma demonstração inequívoca de que o que nos trazia para a seara política não era outro motivo senão a intenção de estimular a organização e a participação social e dar uma demonstração efetiva de que, quando existe trabalho voluntário organizado e pessoas com boa vontade, disposição, espírito cidadão, generosidade e fraternidade, mesmo nas localidades mais afastadas e distantes dos núcleos de poder, muitas vezes com tradição conservadora, como à época era a cidade de Paracatu, por mais difíceis e inóspitas que sejam as condições, sempre é possível, quando se juntam esses ingredientes de voluntariado, de cidadania, de aposta na organização social, de altruísmo, de generosidade e de boa vontade, promover transformação social.

A Fundação Consciência e Arte nasce com o espírito de uma trajetória militante e engajada. Essa Fundação, que tem sede em Paracatu e presença em vários Municípios da nossa região, completa 18 anos, alcança a sua maioridade, com plena independência e autonomia. Estamos relatando o processo que deu origem à Fundação, mas é bom dizer que ela foi concebida por nós, quando da sua idealização, de modo que não carregasse consigo nenhum vínculo partidário ou qualquer outro vínculo que pudesse, de alguma maneira, comprometer a isenção do seu trabalho e a qualidade da sua intervenção. Assim concebemos e constituímos a Fundação Consciência e Arte e zelamos, ao longo do tempo, para garantir essa ideia. Digo, com toda tranquilidade, que durante toda a nossa trajetória política, depois da criação da Fundação Consciência e Arte, em nenhum momento, a entidade foi utilizada como trampolim político ou como meio de promoção pessoal de quem quer que seja, muito menos do seu criador, do seu instituidor.

Nosso amigo Vinícius acaba de adentrar as galerias. Esse jovem ingressou na Fundação Consciência e Arte há muitos anos, e sabemos o quanto essa instituição foi importante na sua vida, na sua formação, na sua qualificação profissional. Ele é um exemplo claro da importância dessa entidade para inúmeras gerações de jovens em Paracatu, em Unai, em João Pinheiro, em Vazante, em Lagamar e em muitas outras cidades de Minas Gerais e do Brasil, onde a Fundação Consciência e Arte atuou e atua.

Cumprimentamos ainda a direção da Fundação Consciência e Arte, a Presidente Marly, o Superintendente Executivo Lucivaldo e, em nome dos dois, os seus Conselheiros, todos os parceiros, até mesmo os do poder público, como o governo federal, o governo do Estado, por meio dos seus diversos ministérios e secretarias. Agradecemos às várias prefeituras onde a Fundação Consciência e Arte atua e, de maneira muito especial, aos seus colaboradores, trabalhadores que, a essa altura, passaram pelos cursos iniciais, pelas qualificações, pelo processo de profissionalização desenvolvido pela Fundação.

Hoje temos na Fundação Consciência e Arte um quadro de servidores, de colaboradores que têm um carinho todo especial pela entidade, porque foram acolhidos e receberam toda uma orientação profissional. Portanto, desenvolvem atividades ali porque acreditam e conhecem seu valor e sua importância.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaríamos de citar rapidamente os prêmios recebidos pela Fundação Consciência e Arte no ano de 2009: o Prêmio Asas, recebido do Ministério da Cultura, por meio do programa Cultura Viva; o Prêmio Areté, do Cultura Viva - eventos em rede, em razão dos trabalhos desenvolvidos pelos quilombolas e com a comunidade negra de Paracatu e outras regiões de Minas Gerais, também do Ministério da Cultura -; o Prêmio Ludicidade-Pontinhos da Cultura - Escolinha Consciência e Arte, também do Ministério da Cultura -; a premiação do 1º Concurso Diálogos da Juventude, da Caravana Cultural Consciência e Arte; e o Prêmio Pontos de Valor. Portanto, essas são as evidências concretas, maiores do trabalho de excelência, da maestria no terceiro setor dessa Fundação, que tem sede em Paracatu e atua em todo o Noroeste de Minas.

Por fim, agradeço também, no relatório de 2009, o balanço apresentado pela Fundação Consciência e Arte, a manifestação do Dr. Tomáz de Aquino Resende, Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais, que também coordena o Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor - Caots -, reconhecendo, de público, o trabalho dessa Fundação. Vida longa à Fundação Consciência e Arte; nossos parabéns e nossos agradecimentos a todos que atuam, que trabalham nessa organização exemplar para Minas e para o Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Cumprimento a todos e a todas. Tenho certeza de que, pela benevolência do Presidente, terei um tempinho a mais. Primeiramente parabênzo os servidores da educação, de forma muito especial a Bia, todos da nova direção do Sind-UTE, os quais realmente estão fazendo um movimento belíssimo, dando uma verdadeira lição de cidadania em defesa do povo, dos servidores, da educação.

Todos já sabem que o salário dos servidores do Estado de Minas Gerais foi uma das maiores economias do País. Minas é um Estado que tem um orçamento de mais de R\$40.000.000.000,00, que aumentou em 2007 quase três vezes sua arrecadação e que diminuiu neste período praticamente em 50% os investimentos da educação. Hoje os servidores da educação têm um dos menores salários do País, ganhando menos de um salário mínimo. E o pior é que o Estado de Minas Gerais não cumpre a lei federal. Como um Estado, um ente federado, um órgão público, que deveria ser o primeiro a zelar pela lei, é o primeiro a descumpri-la? Não cumpre a lei federal que estabelece a criação do piso nacional dos servidores da educação, que é de R\$1.312,00. Tenho aqui contracheques de servidores que recebem menos de um salário mínimo como salário-base. Está aqui: professor de educação básica ganha R\$378,46; em outro contracheque, o vencimento básico de auxiliar de educação básica é de R\$330,75. Há aqui o contracheque de servidora aposentada que recebe R\$245,62 como remuneração básica. Com todas as gratificações, são R\$485,70. Ai perguntam: "Há lei federal dizendo que o Estado não pode pagar menos de um salário mínimo. Não existe uma lei? É impossível acontecer isso, pois a lei proíbe". Proíbe, mas o Estado paga menos de um salário mínimo. Está aqui o demonstrativo de pagamento. Essa servidora tem nome e sobrenome: Marina Mariana Siqueira Machado, que recebe menos de um salário mínimo. Está aqui o contracheque dela, que é servidora da Polícia Militar de Minas Gerais, da Diretoria de Recursos Humanos, do Centro Administrativo de Pessoal, Vice-Diretora Técnica Ambulatorial. Mas a legislação não proíbe? Sim, mas infelizmente, no Estado, não se cumpre a legislação. Está aqui o contracheque como prova. O salário básico inicial é de R\$245,62. Isso é verdadeira vergonha, absurdo, desrespeito e imoralidade que não admitimos. Sei que a greve não atende ninguém e ninguém a quer, nem os professores, nem os pais, nem a comunidade escolar. Agora esperamos que o problema seja realmente resolvido. A reunião hoje foi muito importante. Os professores estavam sendo perseguidos e sofrendo pressão muito grande. Começou a haver demissões, ameaças, assim como cortes de pagamento. Os servidores já ganham tão pouco, e ainda cortam o seu pagamento. Não admitimos isso de maneira alguma.

Foi apresentada a garantia do pagamento dos servidores sem cortes. Será preciso rodar folha extra, garantir que não haja demissão e nenhum servidor seja perseguido; além disso, que sejam incorporadas todas as gratificações no salário-base. Ai se criará comissão que seja paritária, para discutir e apresentar projeto de lei à Assembleia Legislativa. E me perguntam: "Isso está bom?". É muito pouco, quase nada. Mas pelo menos foi o que o movimento conseguiu garantir neste momento. Mais importante foram o sentimento, a realidade e a verdade que os servidores mostraram para a população. A movimentação dos servidores públicos de todo o Estado foi maravilhosa e mostrou grande astral, energia, muita coragem, garra e raça, mesmo com todas as dificuldades. Mobilizaram-se em todas as regiões do Estado e em Belo Horizonte. Realmente todos estão de parabéns. Tenho certeza absoluta de que, em pouco tempo, os servidores conseguirão o que lhes é de direito. Sempre falamos que a educação é o futuro do País. Que futuro é esse se não cuidarmos do nosso presente? Se não cuidarmos dele, teremos futuro tenebroso. Hoje, no nosso presente, infelizmente não temos a valorização da educação. É triste e lastimável a situação, do ponto de vista estrutural e de valorização dos servidores, em relação à educação do nosso Estado, o que não admitimos em hipótese alguma.

Portanto, fica aqui nossa solidariedade e nosso apoio incondicional. Parabênzo a todos os servidores, a todas as serviçais e merendeiras. A pedido da nossa assessoria, tive conversa com a Joana sobre grande reivindicação em relação ao servidor que tem tempo para aposentar-se, mas demora de quatro a cinco anos para consegui-lo. Na verdade, o Estado não cumpre a lei. Na hora de cortar a conta de água e luz, sobretaxar, cobrar IPVA mais caro, o Estado é muito bom; no entanto, no momento de garantir o direito, infelizmente não cumpre sua

obrigação. Conseguimos um compromisso da Renata Vilhena. Para os servidores que têm tempo para se aposentar - depois de 1995 -, o Estado publicará essas aposentadorias em, no máximo, 90 dias. Faremos cobranças. De 2005 para trás, disse que é mais demorado, porque é preciso juntar a papelada e a documentação; enfim, há toda uma burocracia. Esperamos que essas aposentadorias dos professores realmente saiam rápido. Cobraremos. Portanto, fica aqui nosso apoio aos servidores. Parabênz o Sind-UTE e todas as subseções.

Para finalizar, mais uma vez, parabênz todos que apoiaram nossa campanha contra as tarifas abusivas praticadas pela Copasa. Além de impedir o aumento em 2009, conseguimos criar a agência para regular o setor, o que foi uma grande vitória. Em relação à campanha contra as tarifas abusivas de energia - a de Minas Gerais é a mais cara do Brasil -, o nosso trabalho foi responsável por impedir que a conta de luz hoje fosse praticamente o dobro do que é. Conseguimos impedir os aumentos e conseguimos duas reduções na conta de luz em nosso Estado, as primeiras em toda a história: 17% em 2008 e, neste ano, mais uma redução. Agradeço a todos que contribuíram para a campanha, de uma forma ou de outra. Agora estamos com uma nova campanha contra as tarifas abusivas praticadas pelas empresas de telefonia. É um verdadeiro abuso a cobrança da assinatura básica todo mês. Há um projeto de lei impedindo essa cobrança, que, desde 2006, deveria ter acabado, porque era para se fazer a expansão das redes; e desde 2006 as linhas estão prontas. Então não há mais motivo para continuar com a cobrança da assinatura básica. Estamos brigando pelo acesso gratuito à banda larga e à internet para a população.

Quero dizer da minha alegria em relação à expansão do câmpus da Universidade Federal de Uberlândia para as cidades de Monte Carmelo e Patos de Minas, autorizada pelo Conselho Universitário. Parabênz o Deputado Federal Elismar Prado. Foi uma grande luta, e hoje é uma realidade.

Agradeço ao Deputado José Henrique, Presidente. Quero dizer que conseguimos aprovar uma lei muito importante, a qual permitirá que a Cemig explore a internet e a TV a cabo pela rede elétrica. Conseguimos também, por meio de emenda de nossa autoria, que os lucros sejam utilizados para diminuir a conta de luz. A internet e a TV a cabo que a Cemig explorará serão mais baratas, e os lucros ainda serão utilizados em favor dos consumidores.

Agradeço a todos e parabênz os servidores públicos pela mobilização. Não há vitória, não há conquista sem luta. Parabéns! A luta continua. Obrigadoo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, público presente, telespectadores da TV Assembleia, reafirmo posição muito importante a respeito da abertura de negociações por intermédio da Assembleia Legislativa com os professores da rede estadual de ensino. Por iniciativa do Líder do Bloco PT-PMDB-PCdoB, Deputado Padre João, procuramos o Presidente Alberto Pinto Coelho, que, sensibilizado, imediatamente marcou a reunião, a qual sinalizou, de maneira significativa, a reabertura da discussão e da negociação. Isso é muito importante.

Algo tem nos preocupadoo. Reiteradas vezes, Deputados da base de governo, Deputados que compõem o bloco de apoio ao governo do Estado na Casa têm dito, sempre que possível, tentando induzir a opinião do povo de Minas Gerais, que os últimos acontecimentos em relação à greve dos servidores públicos e dos professores teriam natureza meramente eleitoral. É importante afastarmos de vez qualquer insinuação nesse sentido, porque nosso Bloco PT-PMDB-PCdoB, desde a primeira hora desta legislatura, desde o primeiro dia de nosso mandato na Casa, teve postura muito firme de defesa do servidor público, de contraposição ao modelo de gestão em curso no Estado, modelo que valoriza os arranjos gerenciais em detrimento da valorização do servidor público. O governo atual, de linha neoliberal, acha possível o Estado mínimo, o Estado de resultado, sem a valorização do servidor público. Fizemos contraposição a essa posição durante todo o tempo em que atuamos nesta legislatura. Não se trata de atitude eleitoreira do nosso Bloco.

No que diz respeito aos trabalhadores da educação e aos professores, tivemos a preocupação de discutir com eles o Projeto de Lei nº 2.215/2008, que contém o Plano Decenal de Educação. Por iniciativa da então Deputada Elisa Costa, hoje Prefeita de Governador Valadares, com este Deputadoo, que foi representante do Bloco de Oposição na Comissão de Educação, pedimos a realização de fórum técnico sobre o Plano Decenal. Viajamos por este Estado inteiro com a Comissão de Educação, ouvimos professores, trabalhadores e alunos e fizemos a plenária final.

Desde a primeira hora, tivemos uma postura muito firme na defesa do piso salarial do professor e da importância da valorização da profissão, sem a qual não se tem na escola pública uma educação de qualidade e garantida a todos os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras. Então, não se trata de uma postura eleitoreira do Bloco de Oposição, porque, desde a primeira hora, fizemos essa defesa; trata-se, acima de tudo, de uma postura política, de projeto - dentro do espaço democrático, de divergência de opiniões, temos um projeto diferenciadoo daquele que está em curso em Minas Gerais. O nosso Bloco sempre defendeu o piso salarial e a valorização dos professores. Também sempre questionamos o fato de que os investimentos na educação vêm reduzindo-se ano após ano, nos últimos sete anos: em 2001, o Estado gastava com a educação 30% da sua receita corrente líquida; em 2009, apenas 14%. Em contrapartida, houve um aumento de 220% em gastos com infraestrutura para a construção da Linha Verde, do Centro Administrativo, etc. Fica aqui esse registro.

Outro registro que consideramos de fundamental importância, Sr. Presidente, refere-se à nossa postura contínua de defesa dos Municípios de Minas Gerais. Ora, se há aí risco de algum comportamento eleitoreiro, ele parte do governo, e não da Oposição, no que diz respeito à política de compensação dos Municípios. Tenho andadoo muito pelo Estado e ouvido relatos sobre a ajuda financeira do Estado de Minas Gerais para seus 853 Municípios que me deixam preocupadoo. Parece-me que, se isso não for devidamente esclarecido, aí sim, pode estar havendo um uso eleitoreiro da máquina pública. Vou traduzir o que estou falando. Em função da crise econômica mundial de 2009, o governo federal teve a preocupação de recompor o Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Assim, deu uma ajuda financeira aos Municípios por meio da qual recompôs o percentual do FPM nos mesmos moldes de 2008 e fez, em três parcelas, a compensação financeira com base na perda que os Municípios tiveram relativamente ao FPM em função da isenção do IPI. O governo federal fez esse programa - um programa republicano, com normas claras, publicado por meio de medida provisória -, e já foram cumpridas as suas etapas, ou seja, os Municípios receberam essa ajuda financeira pela perda que tiveram. O governo federal fez ainda um projeto de compensação do Fundo de Participação dos Estados - FPE -, abrindo uma linha de crédito especial para os 27 Estados da Federação. No caso específico de Minas Gerais, abriu-se uma linha de crédito no BNDES, em condições especialíssimas, para que o Estado também recompusesse suas perdas em relação ao FPE. Minas teve direito a um empréstimo de quase R\$1.000.000.000,00. Ao final de 2009, o Bloco de Oposição votou a autorização desse empréstimo nesta Casa; e a única coisa que solicitamos ao governo como contrapartida foi que ele também apresentasse um programa para recompor as perdas dos Municípios. O governo federal já havia feito a sua parte, e precisávamos fazer a parte do Estado, o que ficou acertadoo. Mas entramos em 2010 e isso não feito nem por resolução, nem por decreto; ficou uma coisa muito de palavra. O que está acertadoo hoje é que os Municípios terão direito a uma compensação pelas perdas que já tiveram; ou seja, na compensação daquilo que eles perderam em 2009, o Estado também vai ajudar. E de que forma? Para Municípios com até 5 mil habitantes, uma ajuda financeira de R\$250.000,00; daí a cada 5 mil habitantes, R\$250.000,00, R\$300.000,00, R\$350.000,00, R\$400.000,00 e R\$500.000,00. Atenção, Srs. Prefeitos: para Municípios de 25 mil a 50 mil habitantes, ajuda financeira de R\$1.000.000,00; de 50 mil a 100 mil habitantes, de R\$3.000.000,00; e, para Municípios com população acima de 100 mil habitantes, uma ajuda financeira de R\$5.000.000,00.

Essa não é uma benesse do governo do Estado, pois ele não está dando dinheiro novo aos Prefeitos, mas, sim, compensando as perdas que os Prefeitos e os Municípios tiveram em 2009. Isso é ser republicano. Todos os 850 Prefeitos deste Estado têm direito a essa compensação financeira, o que não pode ser usado de forma eleitoreira ou como uma ajuda individualizada do Governadoo do Estado ou de Deputadoo X e Y. Isso não pode ocorrer de forma alguma. Não podemos cometer esse equívoco.

Para citar um exemplo, nesta semana, estive na nossa querida Ipatinga, onde, no dia 30 de maio, haverá a eleição do próximo Prefeito. Ao chegar à cidade, fiquei estupefocado ao ler nos jornais a notícia do recebimento R\$5.000.000,00 como se fosse uma ajuda individual do Deputado ou da Deputada X ou Y, o que não é verdade. Os R\$5.000.000,00, aos quais Ipatinga tem direito, são referentes ao orçamento do Estado para compensar perdas financeiras do Município no ano de 2009 e porque possui mais de 100 mil habitantes. Ipatinga tem direito a esses R\$5.000.000,00, esse recurso não foi ajuda individual do Deputado ou da Deputada X ou Y. É um direito que o povo, a Prefeitura e o Município de Ipatinga têm dentro do programa de compensação financeira dos Municípios.

Quem estiver falando o contrário está fazendo uso eleitoreiro da máquina ou de verbas públicas. Povo de Ipatinga, os R\$5.000.000,00 são um direito dos habitantes da cidade para compensar as perdas do Município em 2009, e não poderia ser diferente. O que o povo de Ipatinga deve fazer - e é importante que o faça - é fiscalizar o dinheiro para que seja bem-aplicado e revertido em melhorias na infraestrutura e em programas públicos da cidade.

Nosso querido Chico Ferramenta, por meio de uma ação na Justiça contra a forma de distribuição do ICMS, conseguiu incluir R\$100.000.000,00 no caixa e no orçamento da Prefeitura de Ipatinga. É importante que esse dinheiro seja aplicado e gasto corretamente com o povo desse Município. Como está havendo um processo de eleição, esse é o momento ideal para que, de forma soberana, democrática e republicana, o povo procure se informar sobre onde esse recurso foi aplicado. Confio plenamente nesse povo, na sua inteligência e sabedoria. Essa cidade é uma marca de gestão para todos.

Digo sempre que muito do bom que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz no Brasil, relativo a programas e a projetos públicos, o faz graças às boas experiências iniciais de nossos Prefeitos. Registremos aqui a maravilhosa experiência, que começou em Ipatinga, em 1989, com o então Prefeito Chico Ferramenta. Essa cidade era um emaranhado de fuligem e de fumaça, uma cidade desestruturada. Durante o período que esteve à frente da Prefeitura de Ipatinga, esse Prefeito modernizou a cidade, sua infraestrutura, seus programas e sua política pública, a ponto de Ipatinga obter o maior índice já registrado no Brasil de crianças com seus dentes conservados.

Esse é um índice muito interessante. Houve época em que em Ipatinga a média era de meio dente perdido por criança. Esse é um indicador de saúde fundamental. Hoje, esse índice foi por água abaixo, já que as crianças da cidade perderam, em média, seis dentes. Cuidar da saúde oral da criança e da dentição pressupõe alimentação e segurança alimentar de qualidade, além de políticas públicas de creches, de pré-natal, de pediatria e de acompanhamento do Programa de Saúde da Família.

Esse é bom exemplo do que Ipatinga, quando esteve governada pelo Prefeito Chico Ferramenta, mostrou de bom. Não é à toa que vários desses programas são hoje aplicados no Brasil, referenciando a boa administração do Prefeito Chico Ferramenta. O Presidente Lula nutre amizade pessoal e tem carinho muito especial pelo ex-Prefeito, o queridíssimo Chico Ferramenta, pela sua capacidade de gestão. Não é à toa que ele foi eleito com ampla maioria, 15 mil votos de frente, na eleição passada. Diga-se de passagem, ele foi impedido de tomar posse pelo TRE porque, à época, como Prefeito, recebeu os médicos do Estado que foram prestar serviço ao Município, que recebiam mixaria de salário. O Chico Ferramenta, para fazer boa ação, complementou os salários desses médicos, que são da rede estadual e estavam prestando serviço aos Municípios. Ao complementar o salário desses médicos, o Chico Ferramenta teve suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas, porque investiu na saúde e na valorização dos médicos. Ipatinga é bom exemplo de gestão, e o Prefeito Chico Ferramenta é bom exemplo de gestor.

Estou aqui falando de Ipatinga para justificar e esclarecer. Sras. Prefeitas e Srs. Prefeitos de Minas Gerais dos 853 Municípios, por composição e deliberação da Assembleia e por acordo entre Oposição e governo, foi criado o programa de compensação financeira para os Municípios mineiros, para as perdas que tiveram em 2009. Portanto, se qualquer outra conversa vier ao seu ouvido de que há Deputado X e Y promovendo esta ou aquela benesse, estão querendo iludi-lo, porque essa ajuda financeira é direito que o Prefeito tem, previsto no Orçamento do Estado, para recompor o que os Municípios perderam em 2009. Uma ajuda que veio tarde, porque a do governo federal veio com muito mais antecedência; aliás, já entrou na caixa dos Municípios.

Então alerto os Prefeitos para que, ainda nesta semana, procurem a Secretaria de Transportes e Obras Públicas - Setop -, porque essa ajuda só pode ser feita por meio de infraestrutura de obras. Procurem a Setop, a Subsecretária de Obras Públicas, Dra. Jomara Alves da Silva, apresentem seus projetos, protocolizem seus pedidos, observados os valores, porque é direito do Prefeito e da Prefeita ter acesso ao programa de recomposição das perdas do Fundo de Participação dos Municípios decorrentes da crise financeira de 2009.

* - Sem revisão do orador.

36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/5/2010

O Deputado Eros Biondini* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, servidores da Casa, imprensa presente, amigos que nos acompanham pelas galerias e toda a população mineira que nos acompanha e tem nos acompanhado por meio da TV Assembleia, nestas centenas de Municípios, sempre gosto de afirmar, nos meus pronunciamentos, a importância da TV Assembleia, que liga os representantes do povo mineiro aos representados, à nossa população. Isso é fundamental, pois diminui as distâncias e aproxima o cidadão da sua Casa, a ALMG. Cumprimento todas as famílias de Minas Gerais.

Sr. Presidente, tenho alguns assuntos a abordar aqui neste dia. Inicialmente me dirijo aos professores para dizer do meu apoio verdadeiro e sincero à classe, à categoria. Esta precisa, sim, de toda a atenção por parte do governo e também dos parlamentares desta Casa, como provou ontem nosso querido Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, ao proporcionar diálogo em tão alto nível. Houve a presença da Secretária Renata Vilhena e da Profa. Beatriz, que representava os professores da classe. Percebemos que a luta em prol dos professores pode realmente ser travada em nível muito mais elevado do que algumas pessoas infelizmente têm tentado fazer. É ruim e não podemos concordar, Sr. Presidente, que a luta dos professores seja usada para a sobrevivência política de alguns ou como argumentos falsos de outros. O verdadeiro amigo de uma causa não aproveita a dor do envolvido para fazer seu nome, para tirar proveito próprio, e isso tem ocorrido em alguns momentos, com o que não podemos concordar.

Deixo claro que percebemos que o salário dos professores está muito aquém do que merecem e, se comparado à importância dessa classe, está defasado. Todos somos responsáveis pela construção e pela formação de novo momento de maior justiça. Para isso contamos, sim, e temos contado sempre com a boa-vontade do governo, com a intermediação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Somos claros e sinceros em mostrar nosso posicionamento totalmente a favor dos professores, que, com toda a certeza, formam a classe mais importante da nossa sociedade e nos dão toda a formação.

Gostaria que a população nos acompanhasse na tramitação deste projeto, que foi aprovado em 1º turno, o Plano Decenal de Educação, quando debateremos, discutiremos e mostraremos realmente nosso posicionamento de forma democrática, como somos favoráveis a eles e a essa classe.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Deputado Eros Biondini, cumprimento V. Exa. pela fala. Participei ontem de reunião muito construtiva.

Gostei muito da postura da Beatriz, do Sind-UTE. Nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, intermediou essa reunião, na qual esteve presente a Secretária de Planejamento, Renata Vilhena, que se colocou à disposição para receber as reivindicações da classe da educação.

Nós, todos os Deputados - acredito -, estamos recebendo em nossos gabinetes "e-mails" de alguns apaixonados partidários, tentando amearhar simpatia da classe da educação, nomeando os Deputados que votaram contra o piso salarial e os servidores. Essa é uma postura baixa, enganadora e covarde. Nota-se que aproveitam da boa-vontade dos professores, que sofrem há décadas com a defasagem salarial. Listam apenas os Deputados da base de governo, porque não há nenhum Deputado da Oposição. No rodapé dos folhetos, colocaram: "Não votem em Serra, Anastasia e Aécio". Essa é uma demonstração de pura politicagem corrupta, rasteira e covarde, porque a política é coisa boa.

A Assembleia está sendo a intermediária entre o Sind-UTE e o governo. A Secretaria fez uma proposta, acatada pelos dirigentes do sindicato, a qual chegará a este Plenário. Como disse ontem, quero ver quais Deputados e Deputadas votarão contra os professores! Há pessoas oportunistas tentando esconder-se atrás de um fato mentiroso, porque a Assembleia Legislativa não votou o piso salarial dos servidores, e sim um projeto que concedia reajuste ao funcionalismo público, incluindo 10% para os professores. Apresentei duas emendas, uma concedendo 15% de aumento, o mesmo valor concedido aos Agentes de Segurança, e outra igualando o piso nacional. O governo argumentou que não poderia aceitar nossas propostas devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim elas foram rejeitadas. Alguns Deputados oportunistas da Oposição propuseram aumento de 50%, sabendo que não seria aprovado, e depois da votação pediram verificação, para que constasse o nome daqueles que votaram "sim" e "não", com o objetivo de espalhar alguns folhetos, na intenção de angariar votos.

A classe dos professores não é massa de manobra e sabe muito bem que a Assembleia Legislativa tem responsabilidade e apoiará, sim, os projetos que beneficiem os profissionais da educação e os servidores. Obrigado.

O Deputado Eros Biondini* - Obrigado, Deputado Célio Moreira. Quero parabenizar o nosso Presidente, Alberto Pinto Coelho, que realmente foi uma coluna, fez a intermediação ontem, junto à Secretária Renata Vilhena. Parabenizo ainda a Prof^a. Beatriz, do Sind-UTE, pelo alto nível das discussões. Acompanhamos a negociação de perto. Que bom que a Casa Legislativa mineira é democrática!

Contamos com a presença do Deputado Dilzon Melo aqui, em Plenário, Presidente do meu partido, o PTB, a quem parabenizo por ter proporcionado uma reunião entre os pré-candidatos. Foi uma preparação de muita qualidade na sede do partido. Deputado Dilzon Melo, realmente V. Exa. tem se destacado. Pelas palavras do Presidente Alberto Pinto Coelho, percebemos a deferência a sua pessoa: um dos grandes homens públicos que representam com honra esta Casa hoje e também quando esteve à frente da Sedru. V. Exa. não está apenas construindo um grande partido, mas criando um ambiente para a democracia no Estado de Minas Gerais.

Havia centenas de pessoas, e o Presidente Alberto Pinto Coelho ficou realmente admirado com o poder de V. Exa. de conseguir aglutinar, reunir e agregar todos nós. Foi uma reunião muito produtiva e bonita, com a presença de companheiros de trabalhos. Como V. Exa. disse, a maioria das pessoas era muito simples, representando as classes menos favorecidas. É mesmo um verdadeiro Partido Trabalhista do Brasil. V. Exa. está à frente desse partido que tanta coisa boa tem realizado, sobretudo no Estado de Minas Gerais. Parabéns!

Sr. Presidente, ontem estive visitando a Apac de Nova Lima. V. Exa. bem sabe que, muito antes de entrar na política, atuo, junto à Canção Nova e aos movimentos sociais da Igreja Católica, diretamente na recuperação de dependentes químicos, de pessoas privadas de liberdade e daquelas acometidas por enfermidades que não têm condições de serem atendidas com dignidade. Esse trabalho voluntário e missionário acabou credenciando-me - digamos assim - para que o meu nome fosse lembrado por esses movimentos. Muito antes disso, já éramos voluntários do projeto Fazenda da Esperança. E também o projeto da Apac sempre me encantou, Sr. Presidente. Como voluntário, continuo realizando eventos em prol dessas entidades, acompanhando, mais de perto, a realidade das Apacs, das comunidades terapêuticas e do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, onde estive na segunda-feira comemorando o Dia das Mães com as presas. Tivemos a boa notícia do Dr. Genilson de que ampliaremos e dobraremos a capacidade de absorção das gestantes privadas de liberdade. Passaremos de 50 para 100 a capacidade do centro de referência, pelo qual tenho um carinho todo especial. Em 2007 apresentei, nesta Casa, um projeto que tratava justamente do acolhimento no centro de referência das gestantes presas. O governo, sensível a isso e com todo o dinamismo que lhe é próprio, acabou criando o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade. E, para aquele que ainda não o conhece, vale a pena ir até lá, pois o ambiente é muito favorável à recuperação daquelas mulheres e ao cuidado de seus filhos, a fim de que tenham um futuro melhor e diferente.

Sabemos que as Apacs representam não só uma alternativa para o sistema prisional, mas também a esperança de recuperação para os detentos. Não podemos fechar os olhos para isso, Deputado Doutor Viana, porque, se temos um sistema prisional deficitário e quase falido no País, acabamos todos sendo presos, ou seja, privados de liberdade dentro ou fora dos presídios e das cadeias. Temos debatido o que a CNBB nos pediu no ano passado, por meio da Campanha da Fraternidade. Ela pediu que um dos tópicos mais importantes a serem discutidos, pesquisados e debatidos fosse o sistema prisional, buscando alternativas, não só para avaliação desse sistema, mas também com relação à expectativa de recuperação daqueles que estão privados de liberdade ou acometidos por algum tipo de vício que os priva de estar na convivência social.

Ontem, na Apac, fiquei, mais uma vez, emocionado por ver pessoas dos regimes fechado, semiaberto e aberto que não precisam obrigatoriamente de escolta. E isso sem tirar o delito nem a pena daquele preso - é claro que não -, pois ele está pagando ali pelo que cometeu, mas trata-se de um modelo de ambiente muito mais favorável para a sua recuperação, envolvendo a comunidade, a família e a espiritualidade.

Isso está muito claro na avaliação que fazemos da recuperação dos dependentes químicos espalhados por este Brasil. Está muito claro, pela realidade da Apac, que brotou também no coração de um sacerdote, que a espiritualidade faz parte do novo encontro do sentido de viver de qualquer ser humano. Percebemos isso ali. Como se não bastasse, sabemos que os presos federais têm um custo mensal para o governo em torno de R\$4.000,00, alguns chegando a R\$4.800,00. Já os presos estaduais têm um custo de R\$1.000,00 a R\$1.500,00, no mínimo. Entretanto, nas Apacs, Srs. Deputados, chegamos a ter R\$500,00 de despesa mensal por pessoa. Além de ser um modelo admirável, é também um modelo que funciona, é mais barato, mais humano e precisa ser mais acompanhado. Precisa haver mais investimento; nós, na condição de parlamentares, precisamos indicar nossas emendas, apoiar, ajudar, Deputado André Quintão. A Apac de Nova Lima, na CPI do Sistema Prisional, foi considerada a de melhor condição entre todas as avaliadas do sistema prisional. Realmente vale elogiarmos esse modelo aqui.

Queremos lembrar também que, na segunda-feira, fomos comemorar o Dia das Mães com as detentas gestantes e as lactantes, com bebês de até 1 ano, no Centro de Referência. Este é também um modelo muito bonito dentro de uma realidade tão triste pela qual nossa sociedade acaba passando. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, pessoas que nos acompanham nas galerias e também pela nossa TV Assembleia, funcionários da Casa, boa tarde. Nesta tarde também vimos aqui, após passar a fase mais turbulenta dos problemas da educação em nosso Estado, para fazer uma reflexão sobre os fatos que ocorreram e que tiveram alguma influência nesse processo. É claro que sabemos da importância da educação para qualquer povo, raça, país, Estado ou Município. A educação é o pilar maior do crescimento e do desenvolvimento. Entretanto, não se tem investido mais em educação, e temos conhecimento de tudo isso. Cito fatos fundamentais, como a

importância da Assembleia Legislativa, que intermedeia, como caixa de ressonância da sociedade - por iniciativa do Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, com o apoio de todos nós -, a busca do entendimento para solucionar os problemas que mantêm a greve dos professores. Volto a dizer que educação não tem partido, não é de A, B ou C. Às vezes, há pessoas e partidos, aqui, que querem ser os responsáveis pela educação do Estado. Mas isso não é verdadeiro, porque tudo que for bom para a educação todos nós, Deputados, independentemente de cor partidária, defenderemos, aprovaremos, trabalharemos e lutaremos. Mas há alguns, aqui, que às vezes se excedem - e até têm o conhecimento de que uma emenda é inconstitucional, é indevida, improcedente. Mesmo assim, eles se posicionam com aquela emenda para criar factóides, situações de ilusão a fim de colocar colegas Deputados em dificuldades.

Mas nós temos confiança e esperança de que a verdade prevalecerá. Vimos isso aqui quando votamos o projeto do governo, com aumento para todo o funcionalismo público do Estado. Vários colegas correram para emendar o projeto com emendas que - tanto eles quanto nós sabemos - não são da competência do Legislativo, dos Deputados. E o Deputado coloca uma emenda inconstitucional, com prévio conhecimento, para criar dificuldades e obstáculos e até para colocar colegas em situação de dificuldade. Analisando friamente, é um absurdo pessoas se comportarem assim. Não concordo com isso. Existem pessoas, infelizmente, que têm essa aspiração, esse desejo de tentar acertar com o errado. Partem da premissa de que, sabendo que está errado, tentarão enganar para buscar lucro, conseguir vantagens. Não concordamos com esse comportamento. Infelizmente, existem os sepulcros caiados, brancos por fora e modificados por dentro.

Fiquei assustado ao ver meu retrato estampado em uma lista, com outros Deputados, como inimigos da educação de Minas Gerais. Ora, tenho 22 anos de vida pública, 6 anos como Vereador em minha cidade de Curvelo, 4 anos como Prefeito, e este é meu 12º ano como Deputado. Se sei alguma coisa, isso se deve ao processo educacional que tive, e passei a maior parte do meu tempo de estudo na escola pública. Em toda a minha vida pública, sempre considerei o valor da educação, que, aliás, é inquestionável. Fui beneficiado por esse processo educacional na minha vida; em uma família de muitos filhos, sou o único que tem curso superior, e fiz uma diferença muito grande. Tenho outros conhecimentos, tenho essa experiência e vivência própria, pessoal, familiar, e é claro que sei da importância da educação. Em toda a minha vida, sempre me empenhei. Todas as escolas, professoras, Diretoras, Superintendentes que, ao longo desses 22 anos de atuação política, procuraram-me contaram com o meu empenho. Não só recebia as demandas, mas me empenhava - e sempre o farei - na busca de solução, ou seja, na busca da realização de uma reforma, de uma ampliação, da construção de uma quadra ou de um muro para uma escola ou na busca de mais segurança para o local. Sempre trabalhamos pela melhoria da área física, para dar mais conforto aos alunos de qualquer cidade do nosso Estado. Também nos empenhamos na questão da qualidade do ensino. Por dois anos, presidi, com muita alegria e honra, a Comissão de Educação desta Casa. Foram dois anos extremamente proveitosos, com muitos resultados positivos, período em que sempre recebi todos os funcionários da educação que nos procuraram por qualquer motivo. Sempre busquei junto aos órgãos do Executivo a solução dos problemas da categoria e até consegui, em função do mandato de parlamentar, resolver muitos deles. Fazemos contato direto com as Diretoras das escolas estaduais em todo o Estado, dando as informações da área da educação que saem da Secretaria e as superintendências demoram a fornecer às diretorias das escolas.

Este Deputado, por meio dos "e-mails" de escolas estaduais de que dispõe em seu gabinete, informa o que é de interesse dessas escolas às suas Diretoras, que às vezes tomam conhecimento de algumas coisas até antes das superintendências. Temos também relação das mais construtivas e positivas com todas as superintendências de nosso Estado - e precisamos disso, porque às vezes somos procurados para agilizar documentação para aposentadoria ou licenciamento, para agilizar exame médico da perícia do Estado, etc. Fato é que temos tido correspondência excelente com todas as superintendências, na busca da solução de problemas dos professores ou do pessoal da área de serviços da Secretaria ou das superintendências.

Então temos a vida dedicada à área educacional do nosso Estado, mas lamentavelmente temos de lidar com a irresponsabilidade de um ou outro Deputado que quer se posicionar a favor de uma categoria de forma incorreta e inconstitucional, apresentando emenda que, de antemão, sabe ser inconstitucional. É difícil entender estes sepulcros caiados, como diz a Bíblia, mas existem. Isto é histórico, e esta não será a primeira nem a última vez em que acontece, infelizmente. Temos de procurar não nos defender, pois não fizemos nada errado, mas esclarecer os fatos. Não podemos nos submeter a situações em que pretendemos enganar as pessoas, tentando parecer ovelhas quando na verdade nos comportamos como verdadeiros lobos.

Realmente parei para refletir sobre o que fazer quando recebi telefonemas de alguns Diretores me acusando de não ter votado a favor da educação. É preciso esclarecer: votamos a favor da educação, sim; não votamos a favor de emendas inconstitucionais, porque sabíamos que eram inconstitucionais. Tivemos posicionamento semelhante na defesa dos Delegados, ao votar emenda inconstitucional. Não cabe ao legislador legislar criando despesas para o Executivo; cabe-nos avaliar e modificar o que nos vem do Executivo, com as despesas criadas por ele mesmo, que terá de levantar o recurso e pagar. Sei muito bem disso porque, além de Vereador, fui Prefeito, portanto atuei nos dois lados: tanto no Legislativo Municipal e Estadual quanto no Executivo Municipal, como Prefeito. Assim não entendo e realmente condeno os colegas que se comportaram maldosa, presunçosa e previamente, querendo incriminar colegas ao criar emenda inconstitucional e pedir para que fosse marcada, do que sou testemunha, pois estava na votação, exatamente para depois verificar quem votou contra a emenda de sua autoria - inconstitucional, indevida e ilegal - e sair espelhando os retratos dos Deputados que o fizeram, dizendo que esses eram inimigos da educação - os retratos dos Deputados que, repito, votaram contra aquela emenda, não contra o professor ou a educação.

Realmente eu precisava fazer essa reflexão, porque, como profissional da medicina que sou, não sei porque às vezes as pessoas se comportam de forma a nos deixar questionamentos em relação ao seu trabalho público. Estamos aqui por uma missão. A política não pode ser profissão, mas missão, a missão de servir, de ouvir, de defender, jamais a de criar valores negativos ou ilusões para o povo ou uma categoria.

Por outro lado, ficamos felizes, pois as coisas começam a afunilar e a caminhar sem demagogia, com responsabilidade e seriedade. Ontem estive presente em uma reunião conduzida pelo Presidente Alberto Pinto Coelho, com o apoio de todos. A Assembleia, o Sind-UTE e os Deputados da Oposição e da Situação, enfim todos nós queremos o bem, o reconhecimento e a valorização da educação em todos os sentidos. Com a presença da Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag -, por meio do entendimento e do diálogo, realizamos uma reunião madura para buscarmos soluções. Essa, sim, é uma situação positiva para a Assembleia, e não aquele momento triste da votação de emendas ilegais, imorais e inconstitucionais, cujo intuito era incriminar os companheiros desta Casa, o que é muito ruim.

Colegas, não pensem que as pessoas não perceberam o que aconteceu. Em vez de condená-los, queremos alertá-los para que façam o bem, a seriedade e a verdade devem sempre prevalecer. Procurem fazer uma reflexão sobre o que é mais importante para cada um que assim se comportou, por muito tempo. Parece que ninguém foi o responsável. Ontem o Sind-UTE também se explicou dizendo que não foi o responsável. Alguns disseram que quem assim se posicionou foi o Sind-UTE, e não o partido X ou Y. Não, a iniciativa foi de Deputados e colegas desta Casa, que enviaram essa lista na tentativa de execrar, banalizar e desrespeitar colegas desta Casa que trabalham com seriedade, sem inventar ou criar situação de ilusão para qualquer categoria. Não fomos eleitos para isso, não nos prestamos a fazer esse papel.

Buscamos a melhor construção do entendimento e da solução de questões. A Seplag, a Assembleia e o Sind-UTE, enfim todos nós estaremos unidos para solucionarmos definitivamente o que for possível para o retorno das aulas, cuja falta compromete o conhecimento dos alunos, os mais prejudicados por essa greve. Continuaremos com nosso trabalho na busca do reconhecimento e da valorização da educação. Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta tarde, essa é a minha reflexão.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, convidados presentes nas galerias, como tenho feito rotineiramente nesta Casa, conforme dever de quem exerce mandato classista, não poderia, mais uma vez, deixar de ocupar esta tribuna para relatar a morte de mais um companheiro da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

No dia 8 de maio, em Nanuque, extremo Leste do Estado, em uma ocorrência de assalto, os militares da 24ª Companhia Independente trocaram tiros com assaltantes, o que culminou na morte do 3º-Sgt. Gilberto Carlos Pereira de Jesus. Ele tinha 45 anos de idade e trabalhava na Polícia Militar de Minas Gerais há 28 anos.

Além do Sgt. Gilberto Carlos Pereira de Jesus, que foi morto defendendo a população em Nanuque, o Sd. Lucas Souza Favoretti, servindo na mesma companhia, com apenas 24 anos, há três trabalhando na Polícia Militar, que estava de folga e sem trajes de serviço, conhecido como à paisana, tentou auxiliar o Sargento, também foi ferido gravemente e se encontra internado no Hospital da Polícia Militar. O Sargento foi enterrado em Nanuque, deixando esposa e três filhos; o Soldado se encontra hospitalizado, e seu estado de saúde inspira cuidados. Ele está no Hospital da Polícia Militar, na Avenida do Contorno, no Bairro Santa Efigênia.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para trazer estes fatos mais uma vez. Estivemos ontem em Brasília, a convite dos Deputados Paulo Pimenta, relator, e Alexandre Silveira, Presidente da CPI da Violência Urbana. Fomos participar do debate sobre violência urbana, que assola nosso país. Durante os debates, tivemos oportunidade de fazer exposição, essencialmente diagnosticando as causas da violência nos nossos centros urbanos. Obviamente, levamos informações em relação a Minas Gerais. Sr. Presidente, além da violência que constatamos e que é conhecida por todos os mineiros no dia a dia, levamos dado que são de fundamental importância neste momento, para que os cidadãos mineiros e brasileiros tomem conhecimento. Tenho ocupado esta tribuna várias vezes para falar da banalização da violência desenfreada, mas especialmente da banalização da vida, em razão do número de homicídios que vêm ocorrendo, não só em Minas Gerais, mas no Brasil, especialmente de agentes públicos, servidores da área de segurança pública.

De 2003 até a presente data, Sr. Presidente, perdemos 137 servidores da área da segurança pública para o crime. Foram mortos 137 servidores em sete anos e quatro meses, apenas em Minas Gerais. Levamos essa preocupação ao Congresso Nacional. Durante nossa exposição, o Deputado Federal Paulo Pimenta, do PT do Rio Grande do Sul, ficou espantado com os números que apresentamos. Parece que não representam nada, e ficamos extremamente preocupados com isso.

Em 2002, ocorreu a morte de Promotor de Justiça, exemplo que cito aqui não para dizer que o Estado deveria reagir de forma diferente; pelo contrário, a reação tem de ser como foi a da época. Montou-se força-tarefa e rapidamente se apurou a morte do Promotor. Indiciaram os culpados, que foram denunciados, condenados e levados à prisão, como resposta imediata do Estado. Essa preocupação que Minas Gerais teve, por meio das Polícias Militar e Civil e do Ministério Público, de força-tarefa, Sr. Presidente, não é a mesma quando policial militar, bombeiro militar, policial civil ou Agente de Segurança Penitenciária são mortos. Há mortes recentes, como o caso do Agente Penitenciário em Betim, por não permitir que traficantes passem drogas na balança da mercearia de seu pai. Ele foi morto covardemente, levou 10 tiros de pistola 9mm. Até hoje não obtivemos resposta das autoridades da área de segurança pública. O Soldado Fabrício foi morto em Poços de Caldas, há poucos dias, na semana retrasada, com tiro na testa, de pistola 9 e 40, de marginal foragido do presídio local. E agora a morte do Sargento Gilberto Carlos Pereira de Jesus, em Nanuque.

Ontem, Sr. Presidente, quando levamos essas informações para o debate na Câmara dos Deputados, havia também um outro debate sobre a valorização do servidor. Tramita naquela Casa a PEC nº 300, que fixa o piso salarial nacional para os policiais civis e militares e os bombeiros. Agora pasme, Deputado Dilzon Melo! Cito V. Exa. porque o autor dessa proposta é um Deputado do mesmo partido de V. Exa, o PTB de São Paulo, Arnaldo Faria de Sá, que apresentou essa proposta de forma brilhante. Lá ouvimos os quatro Deputados - aliás, são muitos - que compareceram àquela audiência pública e que estão empenhados nessa proposta dia e noite: os Deputados Federais Major Fábio, da Paraíba; Capitão Assunção, do Espírito Santo; Paes de Lira, de São Paulo; e o Lincoln Portela, de Minas Gerais. Os quatro Deputados Federais que compareceram à audiência pública de ontem foram unânimes em dizer que a base do governo Lula, mas especialmente o seu Líder, mais conhecido jocosamente por Cândido "vagareza", infelizmente é quem mais tem colocado obstáculos. Obviamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pedido do Presidente da República.

Então fazemos um alerta a todos os policiais militares e civis e aos bombeiros do Estado. Ouvimos atentamente as palavras dos Deputados Federais Major Fábio, Capitão Assunção, Paes de Lira e Lincoln Portela, que, durante os debates, deixaram claro que o governo, a base, o núcleo da base, o PT, está impedindo essa votação. Por outro lado, ouvimos dos Deputados Federais Major Fábio e Capitão Assunção que o Presidente da Câmara, Michel Temer, durante entrevista num programa da TV Câmara, afirmou e reafirmou que, nos dias 18 e 19, vai colocar em pauta a PEC nº 300. Segundo ele, não ficará com essa matéria em seu colo e irá submetê-la à apreciação do Plenário, com a negociação concluída, ou seja, com indicativo de votação favorável ou não. Enfim, negociada ou não, a PEC nº 300 irá a Plenário na próxima semana, dias 18 e 19. São essas as informações que julguei de grande valia para trazer a esta tribuna. Além de fazer um relato das mortes dos 137 policiais, fizemos também esse apelo ao Deputado Paulo Pimenta, relator da CPI da Violência Urbana, e recebemos essas informações.

Vamos torcer para que dessa vez o Deputado Michel Temer não volte atrás, não enrole os policiais. Há Estados, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, onde o piso salarial de um policial é de R\$1.000,00 e R\$870,00, respectivamente. Em Minas Gerais, um policial, em início de carreira, ganha R\$2.041,00. Mas há Estado, como a Paraíba, onde ganham R\$3.200,00.

Por fim, Sr. Presidente, além dessa indignação, dessa luta que estamos travando, antes de meu tempo encerrar, gostaria de dizer que recebi dois "e-mails", os quais meus companheiros policiais fazem questão que eu leia desta tribuna. Então, de forma fidedigna, vou lê-los para que as vozes deles, por meio da minha pessoa, sejam proferidas e ouvidas por todo o Estado. Esse é um compromisso de honra que tenho com os meus companheiros. Então faço essa leitura, Sr. Presidente, porque os policiais estão cansados de ver seus colegas serem assassinados e não terem uma resposta do Estado em relação a isso. Aliás, quando a têm, é no sentido oposto.

Lerei o "e-mail" do Sr. Jusciê Lorentz Vieira. (- Lê:)

"Nobre Deputado, nesta semana mais um irmão de farda foi vítima do banditismo que nossos gloriosos praças da Polícia Militar enfrentam diariamente. Ligaram para o quartel do destacamento da cidade de Ataleia, informando que um pacote contendo drogas estava escondido dentro de um túmulo no cemitério da referida cidade. Os militares prontamente foram verificar tal denúncia. O que ele não esperava é que, no lugar das drogas, encontraria artefato explosivo, uma bomba. Ao abrir o túmulo, o Sargento Muniz, Comandante do destacamento, recebeu a explosão da bomba em seu rosto, que está todo desfigurado. Ele perdeu as duas mãos e uma das visões. Agora Deputado, quem se prontificará a defender os direitos humanos desse irmão de farda? Será o Deputado Durval Ângelo? Isso nos deixa revoltados, Deputado, porque sabemos que esse verme, se for preso, terá todas as regalias possíveis e impossíveis, conforme preconiza nossa Lei de Execução Penal. E o militar? Se sobreviver, o que fará? E a família, que depende dele? Este país que nos faz de palhaços continua com as mesmas palhaçadas..."

O segundo "e-mail", Sr. Presidente, que lerei na íntegra, é da esposa de policial militar, Sra. Suelma Aparecida Franco Lopes. (- Lê:)

"Sargento Rodrigues, enviei este "e-mail" ao Deputado Durval Ângelo. Gostaria que o senhor o lesse na Assembleia e que cobrasse resposta do Deputado Durval Ângelo. Segue abaixo o referido "e-mail" que mandei ao Deputado Durval Ângelo, com algumas frases acrescentadas. Ficarei muito grata se o senhor fizer isso. Em nome da família militar mineira, abraços. Tenho muito apreço por tudo o que o senhor tem feito pelos militares e seus familiares. Aguardo a resposta se foi possível ler o "e-mail" na Assembleia e qual foi a resposta do Deputado Durval Ângelo. Se puder avisar o dia e horário em que o "e-mail" será lido, para eu assistir, ficarei muito grata".

Passo a ler o "e-mail", Sr. Presidente. (- Lê:)

"Caríssimo Deputado Durval Ângelo, como tem passado seus dias? Espero que bem. No dia 23 de abril do corrente ano, por volta das 8 horas, foi morto, com um tiro na cabeça, o Soldado Fabrício José de Menezes, que foi socorrido, mas não resistiu aos ferimentos. Quem disparou o tiro foi certo cidadão que atende pelo nome de Fábio Júnior Pereira, que tem ficha criminal bem extensa. Agora vem a principal parte, o motivo pelo qual estou enviando este "e-mail" para V. Exa. Onde estava o representante dos famosos direitos humanos, pois, em momento algum, durante o tempo em que estive no velório e no funeral, não vi sequer um representante desses direitos humanos dos quais V. Exa. fala e defende tanto. Ah, mas me esqueci de que V. Exa. defende os direitos humanos de estuprador, pedófilo, assassino, entre outros, e não de pessoas de bem, que morrem no cumprimento de seu dever. Que dever? O de dar sua vida pela vida do próximo. Que próximo? A sociedade. Nessa situação, em especial, o Soldado Fabrício era solteiro, mas, quando o policial é pai de família, deixa filhos pequenos à mercê da própria sorte e de quem quiser ajudar, porque os famosos direitos humanos só servem para ajudar a família do marginal. Espero que V. Exa. nunca precise ser defendido pela polícia em qualquer situação de risco, nem ninguém de sua família, e que, se precisar, seja muito bem atendido, porque essa profissão é uma das essenciais para a sociedade, e ninguém lhe dá o devido valor. Aguardo resposta. Suelma Aparecida Franco Lopes. Esposa de militar."

Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, retorno a esta tribuna para manifestar-me a respeito do decreto publicado pelo governo do Estado no dia 5 de maio, o que tem me incomodado muito, em razão do silêncio que a Assembleia está mantendo em relação a tal decreto. Na última terça-feira, na reunião que foi realizada à noite, tivemos oportunidade de fazer breve relato, que foi imediatamente contestado pelo Deputado João Leite, em defesa do governo, dando interpretação totalmente diferente do que eu disse. Eu disse e volto a repetir que, no início do governo Aécio Neves, propúnhamos que o governo fizesse anistia fiscal para resolver parte dos problemas dos empresários de Minas Gerais. Quando falamos em anistia, a imprensa às vezes mostra de forma diferente, como se estivéssemos anistiando tributos. Na verdade, quando se fala em anistia, é apenas das multas e dos juros, em parte ou no todo, o que não é o maior problema. No início do governo Aécio Neves, algumas pessoas eram contra a anistia. Queriam, precisavam da anistia para ter arrecadação, mas, dentro de uma proposta de governo, eram contra. Participava do governo um grupo de consultores de fora, parece-me que do Rio Grande do Sul, e tenho questionado isto: que há muita gente de fora querendo administrar Minas Gerais. Por dados técnicos, de pesquisa e questionário, apresentaram aquele projeto do bônus. Quando o Governador Aécio Neves, numa pompa danada, na Fiemg, no Palácio da Liberdade, apresentou o projeto, convidaram-me para participar, e fui o único Deputado a dizer que aquele projeto e nada eram a mesma coisa. Todos se assustaram, porque queriam fazer anistia, mas não tinham coragem de assumi-la. Então inventaram fórmula, sobre a qual eu disse: não funcionará, não há como funcionar. As coisas têm de ser mais objetivas e mais claras. Mas o governo insistiu, e aprovamos o projeto do bônus, que não deu em nada.

Sabemos que as multas aplicadas pelos Fiscais da Secretaria de Fazenda são absurdas, em vista do momento atual que vivemos, de inflação praticamente zero. São multas de 200%, 150%, 100%, o que causou algumas mudanças no decorrer do tempo. Sabemos que algumas ações fiscais têm o lado pessoal do Fiscal, que interpreta a legislação da forma como quer. Dependendo do dia, de acordo com seu humor, ele emite as multas. Essas ações vão para a Justiça. O Estado ganha umas, mas perde a maioria delas. Isso vem caminhando, e o governo, em 27/12/2007, concedeu anistia, com a qual conseguiu colocar no seu caixa mais de R\$1.500.000.000,00. Algumas pessoas de plantão dizem ser contra, dizem que não se pode dar anistia porque se está privilegiando quem não paga os impostos. Essas mesmas pessoas fazem hoje discurso contrário, pelo que estou vendo. Quando se dá anistia de multas, eu queria dizer para o Deputado João Leite, que aqui não se encontra, que sou talvez o maior defensor de anistia da Assembleia Legislativa, porque vejo que não adianta ficar tentando resolver certas coisas, se não são dadas condições às pessoas para pagarem.

Deputado Dilzon Melo, hoje, no Estado, o governo deu uma peixada com muita competência. Questionei alguns dados, como sempre fiz. Se se estiver devendo o IPVA de carro, não pode participar de licitação, de contratação alguma, quem quer que seja. Fica-se aliado do processo. Disse IPVA para ser assim bem rude nas minhas observações.

Hoje a maioria que deve ao Estado é porque não deu conta de pagar ou por causa das multas absurdas que são aplicadas. Às vezes, a pessoa até tem condições de pagar o tributo, mas não dá conta de pagar as multas. Então, essas anistias, na forma de multa, como são cobradas no Brasil, sempre vão existir, e não há como fugir. Deputado Doutor Viana, sempre defendemos a anistia aqui, principalmente na época do bônus cadastral, quando fui um dos que disseram que o projeto não iria funcionar, não iria dar certo; porém, tive o desprazer de assistir à tentativa do governo de jogar meu nome na imprensa, por meio da Secretaria de Fazenda, que emitiu uma certidão falsa contendo meu nome como um grande devedor de ICMS. Por isso eu defendia a anistia. A Assembleia até paralisou, o Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, e o Deputado Mauri Torres foram até a Secretaria de Fazenda. Foi um rebuliço danado, eu dei um aviso a eles, que tentaram me prejudicar naquele momento, e a um jornalista que me procurou com o documento em mãos. Então, o jornalista viu minha tranquilidade, e eu disse a ele: "Faça o favor de divulgar isso na íntegra. Vocês verão o que vai acontecer". Disse também ao Vlado Norman, ao Alberto Pinto Coelho e ao Mauri Torres: "Vocês me deram uma metralhadora com vários calibres, e vou poder atirar onde eu quiser". Eles foram abafando as coisas, queriam que eu entrasse numa ação contra um funcionário da AF de Frutal, pois a certidão foi emitida naquela cidade. Eu disse que não iria fazer isso, pois, para mim, esse funcionário era o menos culpado de todos. Na verdade, quero saber quem é que mandou fazer, por que mandou fazer e para que mandou fazer. Infelizmente, até hoje não obtive a resposta. No entanto, as certidões estão ali. Então, era uma certidão falsa e elaborada na Secretaria da Fazenda, na AF de Frutal, para tentar me prejudicar porque eu defendia que o projeto do bônus cadastral, do bônus não sei de que, de um monte de confusão que eles arrumaram, não ia funcionar. Como eles não tinham outro argumento, tentaram prejudicar minha vida pessoal. Mas não foi a primeira vez que isso aconteceu comigo. Falo que sou um grande sobrevivente da ditadura militar e da ditadura que se implantou em Minas Gerais, por meio do "status" do Governador Aécio Neves. Portanto, lá atrás tentaram me prejudicar.

O interessante é que depois, com a minha mesma proposta, eles fizeram anistia. Vieram correndo aqui e fizeram, no final de 2007 - e sou a favor. Agora, o que está me incomodando é a ausência da fala dos Deputados e da Assembleia Legislativa para que o governo faça uma anistia por decreto. Aí, sim, alguém tem de ser responsabilizado. É uma irresponsabilidade muito grande de quem levou o decreto para o Governador Anastasia assinar, pois não há legalidade, não há nenhum embasamento legal para se fazer anistia. Não estou discutindo o conteúdo da anistia, até porque eu seria um hipócrita, já que sempre defendi esse tipo de comportamento da Secretaria de Fazenda e acredito que esse é o momento que ela tem para receber algumas dívidas. Às vezes a pessoa tem condições de pagar o tributo, mas não consegue pagar as multas. Então o governo tem de anistiar e criar mecanismos para que essas pessoas possam reintegrar-se ao rol da formalidade. Sou a favor disso, mas não posso concordar e aceitar o pedido de informação, na tentativa de votar um requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Que possam vir aqui o Procurador-Geral do Estado, o Advogado-Geral, a Secretaria de Fazenda e o pessoal do sindicato dos fiscais para explicar o porquê do decreto. Acredito que as pessoas fazem isso porque, como o Estado tem hoje o controle do Ministério Público, do Judiciário e da imprensa, ele entende que pode passar por cima da legislação. Mas isso aqui é uma questão financeira do Estado de Minas Gerais, e tem de ser feita, mas existe a legalidade para se fazer isso, há uma lei. Se aqui viesse a lei, com certeza votaríamos a matéria com o maior prazer e satisfação, com a maior agilidade possível, para que o Estado voltasse a receber esses tributos.

O que precisa ser discutido é a coragem dessas pessoas de fazer anistia por decreto. Não anistia pequena, Deputado Dilzon Melo, mas anistia benfeita, até porque o decreto ficou bem elaborado. Se tivessem se embasado na legislação atual, seria fantástico.

Entretanto vem alguém de plantão, em defesa do governo, como é o caso do Deputado João Leite, para dizer que isto é decisão do "Confaz de conta". O "Confaz de conta" agora manda na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e nos Estados e também faz lei? Se isso for verdade e real, podemos fechar os parlamentos. O governo, não só o de Minas, quando quer fazer guerra fiscal, porque às vezes depende do convênio do "Confaz de conta", se esse convênio não sai, o governo faz assim mesmo. O "Confaz de conta" não tem mecanismo legal para aplicar multa ou suspender qualquer coisa; apenas faz documentação para todos os Estados, para evitar a guerra fiscal.

O governo do Estado, de forma equivocada, baixou decreto fazendo anistia. Isso é muito confuso, porque existem muitas anistias que o governo não chama de anistia, Deputado Duarte Bechir, mas de parcelamento. O governo não está noticiando nem fazendo propaganda, e as pessoas têm de se habilitar até o dia 30 de junho. Se a anistia foi feita para a arrecadação, e a maioria das pessoas está querendo resolver sua situação com o Estado e esperando por este momento, elas não ficarão sabendo, porque não há publicidade. Não existe publicidade, porque falta legalidade no ato. O Estado não pode fazer anistia ou dar desconto em tributos se não houver lei, e isso não aceito. Não concordamos com isso sem pelo menos nos manifestar. Digo aos autores desse decreto que estamos atentos, visto que conhecemos um pouco da legislação e de como se faz anistia. Aliás, o governo a fez camufladamente, aí vêm as desconfianças. Será que essa anistia tem CPF ou isso foi para atender alguma categoria, algum empreendimento ou alguns negócios? Fica essa dúvida, e espero que essa dúvida não seja real, porque não acredito que a Secretaria de Fazenda teria a capacidade de fazer decreto para criar anistia para atender a certo grupo de empresários. Não acredito, apesar de ficar em nós essa desconfiança. Por que não está havendo publicidade, campanha para que o contribuinte resolva seus problemas na Secretaria de Fazenda? Essa é a dúvida que estou levantando e discutindo.

Não estou discutindo, como quis dizer o Deputado João Leite, o conteúdo do decreto, porque sou a favor, votei contra, defendi isto aqui, várias e várias vezes, tomando paulada. Tenho certidão negativa, como positiva, como se eu fosse grande devedor, por isso defendi as anistias, continuo defendendo e defenderei sempre, para que o empresário mineiro tenha condições de sobreviver. Sou contra anistia de tributos, porque quem deve tem de pagar. Nunca abrimos mão disso e também não discutimos isso. O Deputado João Leite quis dizer que falei que o governo está fazendo anistia de tributo; não falei, não falo e não aceito que coloquem palavras na minha boca. Eu disse que o governo está fazendo anistia das multas e dos juros.

Portanto, Presidente, apresentei requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira, que está para ser decidido, mas até hoje ainda não entendi por que mandaram fazer relatório. Apenas queremos saber onde está a legalidade e onde arranjaram forma de baixar decreto de anistia. Aliás, estou cobrando isto do Ministério Público, porque este é seu trabalho. O Ministério Público tem de dar responsabilidade a quem assinou esse decreto concedendo anistia sem lei, sem autorização legislativa. Isso tem de ser explicado. Por que esse assunto não pode passar por esta Casa, se sempre passou e se sempre a Assembleia aprovou estes projetos na maior rapidez possível? A maioria quase absoluta dos Deputados tem o mesmo pensamento. Quando é para beneficiar, temos de ser ágeis. Meu questionamento é em defesa do parlamento, da Assembleia Legislativa e do nosso mandato, porque precisamos ter a responsabilidade de levantar essas questões. Não permitimos que decreto seja mais forte que lei.

Se continuar dessa forma, o parlamento pode fechar. Sr. Presidente, nesse decreto emitido pelo governo e publicado no último dia 5, consta: "Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário Relativo ao ICMS". Ficaram algumas dúvidas, para as quais quero esclarecimentos. Não estou discutindo o conteúdo do decreto, mas, sim, a forma como o mesmo foi editado, o que parece não ter qualquer legalidade. As pessoas que fizeram esse decreto têm de ter responsabilidade. Esse é o nosso posicionamento quanto a esse decreto de anistia camuflado, editado pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Fazenda.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, que nesta tarde, mais uma vez, preside os trabalhos desta Casa, quero cumprimentar os Deputados Domingos Sávio, o nosso grande companheiro do Sul de Minas, Dilzon Melo, e os demais Deputados e Deputadas desta Casa.

Sr. Presidente, como municipalista que sou, principalmente por ter tido o orgulho e o prazer de ter administrado minha querida Campo Belo, por inúmeras oportunidades aqui estive solicitando a participação dos Deputados desta Casa em um debate mais amplo, no que diz respeito ao pacto federativo. Para nossa satisfação, a Assembleia de Minas, um dos Parlamentos mais completos do País, estará promovendo, nos dias 19 e 20 de maio, um importante debate, quando trataremos deste assunto nacional: o pacto federativo.

Cabe aqui ressaltar a importância do ilustre Deputado Antônio Júlio, que me antecedeu, autor do requerimento que deu origem ao debate e à discussão de tão importante tema. Há cerca de um mês, estive nesta tribuna, para solicitar que esta Casa se posicionasse com relação à discussão do pré-sal e dos "royalties". O momento é agora. A emenda Ibsen está a todo o vapor, ganhando credibilidade e o apoio do resto do Brasil.

Como já disse aqui, é importante que a riqueza do Brasil seja distribuída de forma respeitável e igualitária a todo o povo brasileiro. A camada do pré-sal, situada ao longo das margens do litoral brasileiro, não pode pertencer ao Estado que se encontra na sua reta, em relação ao mar. Ela é do povo brasileiro. Nesse sentido, quero ressaltar a importância desse debate, promovido por intermédio do requerimento no nosso nobre companheiro Deputado Antônio Júlio.

Quero também valorizar o Presidente da Casa, que administra o Parlamento sabendo da sua responsabilidade e da participação desta Assembleia nos caminhos que o Brasil precisa trilhar. Se não fosse dessa forma, se nosso Presidente não tivesse a origem que tem e as suas bases políticas, talvez não tivesse dado tanta importância, como deu, ao debate que ocorrerá nos dias 19 e 20 do mês corrente.

Sr. Presidente, saúdo, mais uma vez, esta Casa e reafirmo minha alegria em pertencer a este Parlamento transparente e participativo. Dá gosto estar no exercício de mandato nesta Casa, porque sabemos o que queremos e para onde vamos, quando trilhamos caminhos para o bem de Minas e do Brasil.

Sr. Presidente, na última vez que aqui estive, na semana passada, também tracei meu raciocínio, minha fala com relação àquelas fotos distribuídas na Internet. Acredito que todos os mineiros me entenderam, porque fomos, de certa forma, parabenizados pela nossa fala.

Também disse, naquela oportunidade, que havia estabelecido que minha participação na tribuna seria para saudar grupo de voluntárias de nossa cidade de Campo Belo. Solicito a V. Exa. tempo maior para concluir minha fala. Sr. Presidente, são voluntárias que estão contribuindo para uma das mais importantes causas pela qual o ser humano luta: a saúde. A Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo de Campo Belo tem, na sua equipe de apoio, o grupo intitulado Amigas da Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo de Campo Belo - Amisc. Todos os dias, aproximadamente 45 amigas vão à enfermaria da Santa Casa, nos leitos onde estão internadas, na sua totalidade, pessoas humildes, que muitas vezes não têm sequer companhia, porque, na enfermaria, não é permitido assistência familiar diuturnamente. Essas senhoras vão à enfermaria, levando grande balaio contendo quitandas e algumas garrafas de 5 litros. Chegam ao quarto e acompanham o paciente naquele momento tão difícil. Levam a quitanda, o chá e, mais do que isso, carinho. Esse gesto tem salvado vidas, tem tido grande significância na recuperação dos doentes. E mais, como Deputado, encaminhei destinação de verba, por meio de nossa emenda parlamentar, que possibilitou a aquisição de 30 novas camas para a enfermaria da Santa Casa, que atende, além da nossa Campo Belo, a Cristais, Aguanil, Santana do Jacaré, Candeias, Camacho, Cana Verde, Perdões e também São Francisco de Paula. Todas essas cidades usufruem a estrutura da Santa Casa. Essas bravas amigas estão conseguindo trabalho invejável. Quem não conhece precisa conhecer. Oportunamente, deixo aqui o número do telefone de lá - 3832-7122 - para quem quiser falar com o grupo de voluntárias Amisc e inteirar-se mais da situação. Elas conseguiram 30 novas camas, televisores para todos os quartos da enfermaria, adornos para o quarto, como porta-água, vasilha para servir leite, benefícios que a Santa Casa, sozinha, não conseguiria. A troca das últimas roupas de cama - fronhas, lençóis, travesseiros - foi adquirida com o trabalho voluntário dessas bravas senhoras.

Para finalizar, digo que, em 2010, fomos impedidos pelo parecer do Dr. Marco Antônio Rebelo Romanelli, Advogado-Geral do Estado, que decidiu, e aceitamos, que neste ano não poderíamos destinar recursos para entidades como essa. Ficamos tristes, mas sabemos que a lei deve ser cumprida. Se não podemos fazer mais neste ano, teremos outras oportunidades de saudar, participar e estar com grupos importantes, além

da Amisc, como as Apaes e outras entidades que tanto precisam do apoio financeiro na hora de maior necessidade.

Assim, Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. por ter dispensado mais tempo ao prazo que se findou e que foi pouco, e pela oportunidade de ter trazido aqui, para todo o Estado, exemplo bonito a ser seguido: o trabalho da Amisc da minha querida Campo Belo. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, inicialmente gostaria de falar de um tema que foi objeto, hoje, de inúmeras manifestações desta tribuna. O nobre Presidente sabe que nesta semana ocorreu um episódio que, pelo seu ineditismo, pelo menos no que diz respeito a este Deputado, constrangeu-nos muito.

O que está em questão é exatamente a capacidade, o respeito, o entendimento entre os pares, particularmente no que se refere a uma avaliação que considero muito injusta: a nossa conduta no episódio da greve dos professores do Estado de Minas Gerais. Desde o primeiro momento, utilizamos sistematicamente esta tribuna para tornar pública a nossa posição e para manifestar o nosso apoio incondicional à organização, ao direito de greve e às reivindicações dos professores e dos servidores públicos da educação no Estado de Minas Gerais. Portanto toda e qualquer atitude e posição nossa em relação ao movimento grevista dos professores de Minas Gerais foi explicitada e tornada pública desta tribuna de forma sistemática. Surgiu esse episódio tão comentado aqui, hoje, do material que reproduzia fotografia dos Deputados que teriam votado contra os professores na votação do reajuste enviado a esta Casa pelo governo do Estado. O episódio que relato diz respeito à possibilidade da minha pessoa estar envolvida com esse procedimento. Quero deixar bem expresso para todos, assim como para os nobres Deputados e Deputadas e o público em geral, que esse não é um procedimento que este Deputado teria, pois somos muito claros nas medidas que tomamos. Fazemos questão de vir a público para explicitar todos os processos nos quais nos envolvemos e nos temas em que trabalhamos. Não temos razão alguma para utilizarmos-nos de artifícios dessa natureza. Mesmo porque não acreditamos que isso pode resultar, como muitos avaliam, em prejuízo ou promoção eleitoral para quem quer que seja nesta Casa. Estamos tratando de um público e uma categoria específica muito bem-informada que tem os seus critérios de avaliação, julgamento e análise. Temos dado demonstrações consideráveis do nosso comportamento na Assembleia de Minas, as quais julgo suficientes para demonstrar que procedimentos dessa natureza não fazem parte da nossa conduta. Espero, Sr. Presidente e nobres pares, que esclareçamos, de uma vez por todas, esse episódio. Penso que a minha conduta e o meu procedimento aqui são abaladores para demonstrar que essa prática do denunciamento e da manipulação de informação não é hábito deste Deputado.

Por fim, Sr. Presidente, gostaríamos de trazer a público uma reportagem longa publicada na revista "Passo a Passo", do Sebrae de Minas Gerais, falando do crescimento com moeda própria e fazendo menção ao Município mineiro de Chapada Gaúcha. A moeda em questão leva o nome de Vereda. Uma boa parte do Município de Chapada Gaúcha agrega o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, na divisa de Minas Gerais com Bahia, uma grande área ainda em processo de legalização, assim como, infelizmente, muitos e muitos parques nacionais brasileiros. Participamos ativamente desse processo de implantação da moeda local e social - Vereda - no Município de Chapada Gaúcha. Uma iniciativa que conta com o apoio da Fundação Banco do Brasil e de muitos outros parceiros. Segundo a reportagem, a estratégia da moeda própria em Chapada Gaúcha tem dado resultados muito bons, estimulando o comércio local e a nascente indústria do turismo naquele Município e, mais que isso, elevando a autoestima da população e projetando os valores da comunidade. De um lado, os valores ambientais, o Município, que tem o Parque Nacional Grande Sertão Veredas como grande referência; e o Município de Chapada Gaúcha, que tem inúmeras comunidades tradicionais, quilombolas e outras, as quais, pelo isolamento, pela distância, foram preservadas. Diria mesmo que os tipos físicos e históricos, tão bem retratados na obra magistral "Grande Sertão: Veredas", do grande mineiro Guimarães Rosa, ainda estão ali, em grande medida, preservados. Teremos dois eventos, que se aproximam e dizem respeito à retratação, à recuperação, à promoção e à atualização do universo roseano como fator, assim como a moeda local Vereda, de apoio ao desenvolvimento sustentável regional. O primeiro deles ocorrerá no final de junho, nos dias 25, 26 e 27, lembrando que no dia 27 é o aniversário de Guimarães Rosa, em Arinos. Será o encontro dos parceiros do desenvolvimento do Vale do Urucuia, que celebra também o aniversário do Guimarães Rosa e promove a incorporação do universo retratado por esse autor como elemento de fortalecimento da identidade e da promoção cultural e como fator de apoio à mobilização do desenvolvimento sustentável regional. O segundo evento acontecerá na segunda semana de julho, em Chapada Gaúcha. Será o encontro dos povos do grande sertão, salvo engano na sua décima edição. Todo ano nos encontramos, ativistas culturais, artistas populares, militantes da cultura e do desenvolvimento sustentável regional, ambientalistas, ativistas sociais os mais diversos, para essa grande celebração. Portanto deixo aqui o nosso convite aos interessados em conhecer mais de perto o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a cultura que ainda resiste em Minas Gerais, intimamente associada à obra do grande escritor Guimarães Rosa, e a comunidade liderada pelo PT há quase oito anos, que vem demonstrando uma enorme capacidade de organização. Essa comunidade trabalha com eficácia os potenciais locais, explorando, de maneira muito criativa, o potencial turístico relacionado com o patrimônio ambiental do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, do Parque Estadual da Serra das Araras e da reserva do Acari, e valorizando, também criativamente, o potencial da cultura tradicional que ainda resiste em vários espaços do Município de Chapada Gaúcha. Todos os que valorizam essas questões têm adiante duas grandes oportunidades: a primeira em Sagarana, Distrito de Arinos, primeiro assentamento de reforma agrária de Minas Gerais. Lá a comunidade se organiza para inaugurar, também nesse encontro dos parceiros do desenvolvimento do Vale do Urucuia, o primeiro centro de referência em tecnologias sociais do sertão, um espaço que tem como parceiros o Instituto Estadual de Florestas; a Fundação Banco do Brasil; o consórcio dos Prefeitos do Vale do Urucuia; a Alfa, uma organização de apoio à agricultura familiar; a agência de desenvolvimento do Vale do Urucuia; e o instituto federal de tecnologia de Arinos, o Ifet. Além desses, diversos outros parceiros, entre organizações sociais e públicas, Ministérios e órgãos do Estado de Minas Gerais, agregaram-se em torno da proposta de consolidar, divulgar e apoiar a reaplicação de tecnologias sociais adaptadas à realidade do sertão. Estamos assistindo à expansão do semiárido em Minas Gerais. As fronteiras do semiárido mineiro já não são as mesmas, infelizmente. Quando se fala de mudanças climáticas e aquecimento global, pode parecer uma realidade distante, que muitos não percebem estar presente no cotidiano de todos, mas esse dado é revelador. O semiárido brasileiro está se ampliando, infelizmente. O Noroeste de Minas, nas Bacias dos Rios Urucuia e Paracatu, região onde atuamos de forma mais concentrada, está sendo alvo dessa expansão do semiárido. Entendemos que as tecnologias sociais são soluções simples, baratas, facilmente reaplicáveis e, principalmente, que articulam o saber e a cultura populares com o saber e a cultura acadêmicos, a fim de proporcionar transformação e inclusão sociais. Esperamos que o centro de referência em tecnologias sociais do sertão possa ser um elemento potencializador de todo esse esforço de desenvolvimento sustentável das Bacias dos Rios Urucuia e Paracatu.

Por fim, hoje, dia 13 de maio, é uma data tradicionalmente associada ao processo de abolição da escravidão. Ainda existe uma grande tensão e polêmica em disputa com o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, pois não se sabe qual data se revela a mais apropriada para dizer do processo de emancipação da população negra brasileira. Ainda há muitas conquistas por fazer nesse campo, e esperamos que, entre uma data e outra, não percamos a capacidade de debruçar sobre a realidade brasileira e conceber, implementar, apoiar, fomentar e colocar no orçamento recursos para financiar políticas públicas emancipadoras que nos ajudem a construir, efetivamente, uma democracia racial no Brasil, coisa tão decantada por muitos, mas distante da nossa realidade. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, público que nos acompanha na Casa do povo mineiro ou que nos assiste pela TV Assembleia; boa tarde. Inicialmente quero tecer um breve comentário a respeito do pronunciamento do nobre Deputado Antônio Júlio, parceiro de grandes lutas em defesa do povo mineiro e que também é do nosso Centro-Oeste mineiro. Convivemos há longos anos, desde quando ele era Prefeito de Pará de Minas e, depois, tive a felicidade de ser Prefeito de Divinópolis. Portanto temos uma trajetória que nos une em algumas experiências. O Deputado é uma referência sempre que tratamos de matéria tributária. Quando é esse o assunto, o Deputado Antônio Júlio dedica-se e preocupa-se, buscando uma solução que seja mais justa para os contribuintes e, ao mesmo tempo, adequada para o Estado, sentimento com o qual comungamos. O Deputado fez aqui a observação - com a qual, de pronto, manifesto minha concordância - de que o ideal é que sempre tenhamos projetos de lei para tratar da matéria tributária, que tem impacto na vida de todo o mundo, não só daquele que recolhe impostos, seja empresa, seja indústria, seja comércio. Todo cidadão tem em sua vida uma relação direta com o imposto, que nada mais é que aquela parte que vai para o Estado quando se consome alguma coisa. Como uma criança ao nascer já consome uma fralda, ela fatalmente é uma contribuinte, porque não se compra uma fralda sem se pagar o imposto. E assim vai até o fim dos dias de cada um. O imposto é pago pelo cidadão ao adquirir qualquer bem de consumo e recolhido pelas empresas, que obviamente têm um papel fundamental na

economia, gerando empregos e recolhendo os tributos. O Estado tem a obrigação de fazer essa arrecadação de forma justa e transparente e, mais que isso, aplicar esse dinheiro de maneira justa. Cabe a nós, representantes do povo, acompanhar cada passo, fiscalizando essas operações e sendo o interlocutor da população com o Estado, na busca da aplicação justa de levar esse dinheiro de volta ao cidadão, com obras e benefícios, enfim, com tudo que o Estado tem o dever de oferecer para que tenhamos uma qualidade de vida melhor.

Mas quero referir-me à manifestação do Deputado sobre o Decreto nº 45.358, do governo do Estado, publicado recentemente, em 4 de maio, regulamentando uma situação de anistia ou de desconto, de redução de multas e juros e de possibilidade de parcelamento para todos que têm dívidas com o Estado. Tal decisão, dessa vez feita por decreto, trouxe ao Deputado uma surpresa, assim como trouxe a mim: logo que tomei conhecimento, fiquei na dúvida sobre a necessidade de que isso fosse feito por meio de projeto de lei. É claro que todos os que somos adeptos e defensores da democracia achamos que é sempre bom que seja feito por lei, porque assim se abre um debate, se aprofunda uma análise e nos permite o aprimoramento. Acho que, sempre que for o caso, temos de voltar a esse debate aqui. Feita essa colocação, trago uma informação que julgo importante, até porque não podemos desconsiderar que cada momento é único, principalmente na economia. Assim, lembro que, há pouco tempo, mais ou menos dois anos, votamos aqui uma anistia que possibilitava um parcelamento e um desconto de 95% na multa e no juro, mas que tinha um prazo de vigência. Ora, muitas empresas que deviam ao Estado optaram pelo parcelamento, mas ocorre que, pouco tempo após ter sido feito esse projeto de lei, veio a crise de 2009, de que não é preciso falar. Todos que acompanham a vida pública sabem que o final de 2008 e o ano de 2009 foi uma das épocas mais difíceis para a economia na última década. Houve uma crise mundial que teve efeitos também no Brasil, afetando a nossa economia: um país que vinha com um crescimento bastante significativo chegou a ter crescimento negativo, ou seja, encolheu em razão da crise. É claro que as empresas que optaram pelo parcelamento e que vinham tentando regularizar a sua situação fiscal não ficaram nessa crise: muitas delas - muitas mesmo - perderam a condição do parcelamento, ficando inadimplentes de novo. Aí é como se a anistia dada perdesse o efeito. O mesmo ocorreu em outros Estados da Federação. Isso tem um efeito ruim para as empresas, mas ruim também para o Estado, que vinha tendo determinada arrecadação. Ora, a pessoa que fica inadimplente perde o direito à anistia e acaba parando de pagar; tudo vai parar na Justiça, e só Deus sabe quando aquilo será recuperado, se a empresa não chegar a fechar as portas, o que é pior. Então é preciso haver uma solução. Há uma lei federal, complementar à Constituição Federal, a qual trata dessa matéria: a Lei Complementar nº 24. A Lei Federal nº 24, lei complementar à Constituição brasileira, trata dessa matéria - reporto-me ao parecer da Advocacia-Geral do Estado - e entende que o Conselho Nacional Fazendário - Confaz - tem autonomia para celebrar convênio entre os Estados e decidir sobre vários assuntos. Foi o que ocorreu. Em razão da crise ocorrida, o Confaz entendeu que vários Estados da Federação viviam situações semelhantes, ou seja, muitos contribuintes estavam inadimplentes, o que é ruim para o contribuinte e para o Estado.

Por meio do Decreto nº 45.358, o Confaz baixou uma norma, a qual foi seguida por vinte Estados, incluído o de Minas Gerais. O Parecer nº 2.277, da Advocacia-Geral do Estado, confirmou que esse procedimento é correto. O Estado poderia mandar projeto de lei à Assembleia, no entanto, por ser matéria complexa, como é a questão tributária, esse projeto demoraria um pouco mais e despertaria debates calorosos, como ocorreu com o projeto votado há 2 anos. Como em outros Estados da Federação já há essa prática, surge a concorrência e a competitividade entre as empresas, fato que leva as empresas mineiras a perderem competitividade, o que é mais uma justificativa para que o governo do Estado tomar a decisão de fazer o decreto.

Trago essa informação, pois, neste momento, é importante garantir ao povo e aos empresários mineiros esse benefício, que já está posto. Isso é bom para o contribuinte? É. É bom para o Estado? É. É hora de nos unirmos, pois o contribuinte já paga muitos impostos. Muitas vezes o contribuinte fica inadimplente não por vontade própria, mas porque a carga tributária é muito pesada, como sabemos, o que deixa o capital de giro da empresa sacrificado. Assim, o empresário precisará optar entre ter a folha de pagamento em dia e atrasar os impostos. Como é possível deixar seu funcionário sem salário? Como há outras despesas inadiáveis, o imposto fica atrasado. A multa e os juros são tão pesados que, se não houver negociação, mata-se a galinha dos ovos de ouro, ou seja, acaba-se com a empresa, o que gera um sofrimento geral. Essa anistia chega em boa hora, pois garante a possibilidade de 95% de redução da multa e dos juros, o que equivale a receber praticamente sem juros e sem multa, se à vista; em quatro parcelas, com aproximadamente 90% de desconto; ou até mesmo, no caso do parcelamento em 120 meses, ou seja, de 10 anos, com 50% de desconto. Já que a economia reagiu, colocaremos a vida em dia organizando descontos, o que é bom para o empresário, para o governo e para a economia e, de acordo com minha apuração, é uma operação legal.

Não tiro a razão do Deputado Antônio Júlio, a que concederei aparte. Melhor seria se fizéssemos essa operação por meio de projeto de lei, porém se já há garantia pela Advocacia-Geral, se já existe parecer do Confaz, se cerca de vinte Estados da Federação já estão colocando o decreto em prática, claro que não o impediremos. Eu e o Deputado Antônio Júlio não temos dúvida disso. Ele é um defensor do contribuinte mineiro, sempre a nos mostrar como é difícil enfrentar uma legislação extremamente burocrática e impostos altos.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Obrigado, Deputado. Deixei muito claro que se trata de decreto bem elaborado, apesar de algumas questões pormenorizadas do processo. Deputado Domingos Sávio, continuo apenas questionando o fato de que não pode ser por decreto, o que faço em defesa das próprias pessoas que o assinaram, pois podem ser responsabilizadas por essa anistia, que deve ser lei.

Estão falando que se trata do "Confaz de conta", entretanto esse somente é utilizado quando há interesse da maioria. A outra anistia, o "boom" cadastral que o governo apenas floreceu, não dependeu de resolução do Confaz, pois esse não traz nenhum benefício à economia fiscal tributária do País. Quando se quer atender, deve ser maioria, no entanto, quando não se quer, não poder ser. Na verdade os Estados não estão preocupados com esse tal de Confaz. A guerra fiscal que se implantou no País foi totalmente contrária às suas decisões. Estou só questionando a forma de fazer. Não concordo que seja por decreto e cobrarei até ter explicação plausível. Se há uma lei complementar de 1975 que dá autonomia ao Confaz para fazer isto, então podemos fechar as Assembleias na questão tributária. Estamos discutindo a reforma tributária, na qual a Assembleia tem papel importante. Então, em vez de discutirmos, passemos ao Confaz, que toma a decisão. Apenas questiono a forma, em defesa do parlamento, protegendo os que assinaram esse decreto.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço ao nobre Deputado Antônio Júlio. Nosso sentimento é o mesmo. Temos de sempre fortalecer o Parlamento, mas, nesse caso, Deputado, o decreto está aí, e aproveito até para esclarecer aos nossos contribuintes e cidadãos. É decreto que acabou de ser editado, o de nº 45.358, de 4 de maio, que permite desconto, redução de 95% da multa e dos juros. É oportunidade para quem quer colocar sua vida em dia perante o Fisco estadual. Entendemos que isso é bom. É lógico que torceremos para que tudo corra dentro da normalidade e da legalidade, para o contribuinte se beneficiar e o Estado ter sua receita reforçada, até porque precisamos, mais do que nunca, normalizar a receita.

Aproveito para passar a outro assunto. Temos desafios enormes pela frente, e um deles, diria que o maior, tem de ser colocado como primeiro desafio, já não dá para adiar. Trata-se da remuneração justa aos professores, aos profissionais de educação.

Nesta semana, participei, na Assembleia, de momento muito importante, diria momento histórico. Eu vinha conversando com lideranças do Sind-UTE, que cobra de nós, da base do governo, ajuda para sensibilizar o governo, para que ele retome o diálogo, diante da greve dos professores. Chega um momento em que a greve acaba sendo ruim para o professor. Para o aluno, nem se fala, pois pode trazer-lhe prejuízo irreparável. É o caso dos jovens que estão se preparando para o vestibular e para o Enem. Os professores estão reivindicando coisas justas, querem salário mais digno. O problema é que a greve, às vezes, acaba levando todos a uma tensão e, em alguns momentos, a algumas observações injustas. Por exemplo, assim como os demais colegas Deputados, nunca votei nada contra os professores. Votei a favor de todos os projetos de aumento para servidores públicos do Estado que vieram a esta Casa. Não só eu, pois nunca ouvi dizer que Deputado votasse contra projeto de governo do Estado ou mesmo de Vereador ou de Deputado Federal nesse sentido.

Qual foi a polêmica que criaram? A Constituição brasileira é muito clara, só o Poder Executivo pode tomar a iniciativa de elaborar projeto para

aumentar salário. Sejamos realistas, se não fosse assim, se qualquer Deputado ou Vereador, qualquer legislador pudesse apresentar projeto de lei para aumentar salário, todo dia haveria fila de gente apresentando projeto para aumento de salário dos servidores, porque está evidente que os salários estão defasados. Só que o Executivo, muito provavelmente, não teria condição de cumprir tanta lei que apareceria por aí. Então a Constituição, a Lei Maior do Brasil, definiu que a iniciativa para apresentar projeto de reajuste e aumento de salário é do Poder Executivo. A Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal ou a Câmara dos Deputados têm o poder de aprovar, rejeitar, negociar, discutir e cobrar do governo que mande substitutivo; pressionar, porque está pouco e é preciso que seja mais; ou até mexer na tabela, diminuindo um pouco de um e aumentando de outro, de modo que continue o mesmo gasto. Mas simplesmente um Deputado dizer que o governo mandou projeto de 10% e que ele é Deputado que gosta muito dos professores e apresentará emenda, substantivo, propondo o dobro do que o governo propôs, é inconstitucional, não leva a nada, é mais do que demagogia e acaba sendo atitude antiética, porque tem o propósito de expor os colegas, às vezes, como andam fazendo, como se tivessem votado contra os professores. Isso nunca existiu. Não só dou esse testemunho, mas a Casa está aberta para qualquer cidadão fiscalizar isso.

Estou aqui há oito anos, e nunca houve um projeto de iniciativa legítima do governo para aumentar os salários em que alguém dissesse para diminuir o que o governo estava querendo dar ou fosse contra. Todos votaram favoravelmente, tanto a base do governo quanto a Oposição. Mas aparecem inúmeras emendas inconstitucionais, às vezes, para jogar para a plateia. Aí há um problema muito sério. Se aprovássemos uma emenda inconstitucional, em vez de aprovarmos o projeto, iríamos dar um presente de grego, pois o projeto seria nulo e não haveria tempo legal para que fosse aprovado e sancionado. A verdade foi esta: votamos favoravelmente e aprovamos um projeto de lei, que assegurou um aumento, ainda que menor que aquilo que gostaríamos.

Nesta semana participamos de um momento histórico nesta Casa. Ao lado do Presidente Alberto Pinto Coelho, conseguimos abrir novamente o diálogo entre o governo do Estado e os professores. Estiveram presentes nessa reunião a Beatriz, coordenadora-geral do Sind-UTE; a Marilda, Diretora do Sind-UTE, a Secretária Renata Vilhena, representando o governo do Estado, e outras lideranças do sindicato dos professores. Com a nossa presença e a nossa palavra em defesa dos professores, alguns pontos importantes ficaram assegurados. De início já estavam dizendo algumas coisas absurdas, como demitir professor, porque a greve foi considerada ilegal, ou cortar o ponto. Então conseguimos a palavra da Secretária de que não haveria nenhuma demissão e de que também não haveria corte de ponto em razão de greve. Ela afirmou que, se houve o corte de ponto, fosse feita uma folha complementar para se pagar normalmente os salários, como também um acordo para a reposição dos dias parados, não permitindo, assim, que os alunos ficassem prejudicados. Isso porque repor as aulas e garantir que o aluno não fique prejudicado é o mais importante.

Também ficou acordado que se criasse uma comissão, com 50% dos membros representando os professores, indicados pelo sindicato, e 50% representando o governo, para se elaborar uma proposta com algo possível, de acordo com a lei, e encaminhá-la para a Assembleia, a fim de colocarmos isso em prática o mais rápido possível. Estamos fazendo a nossa parte e desejando que o acordo seja celebrado logo para voltarmos à normalidade. Isso é bom para os professores e para os alunos.

Quero voltar ao raciocínio do início do meu pronunciamento. Precisamos estar atentos para aplicar bem o dinheiro do povo. O dinheiro não é do governo, mas sim do povo. Precisamos estar atentos para que a prioridade seja resolver esse problema histórico da educação e garantir um reajuste maior não apenas para os professores mas também para os demais servidores da área da educação. Sem a educação, sem o cuidado com as nossas crianças e os nossos jovens, o resto é mera retórica, não dará fruto, resultado. É claro que precisamos também de saúde, de segurança, de infraestrutura, de boas estradas, mas precisamos de educação até para cuidar da saúde e da segurança, porque educação é a base de tudo. Portanto, Sr. Presidente, terminando o meu pronunciamento, reitero o nosso compromisso permanente em defesa da educação, dos educadores e dos professores e a nossa posição em fazer interlocução para negociarmos.

Finalizo deixando, com muita alegria, um registro ao Vereador Denguinho, do PDT, da cidade de Pitangui, a sétima Vila do Ouro das Gerais, uma das cidades onde começou Minas Gerais. Toda a região do Centro-Oeste nasceu de Pitangui. Então cumprimento o Vereador Denguinho - estendendo esse cumprimento a todo o povo daquela cidade. Ele faz um trabalho brilhante, sério e responsável, ao lado do Presidente Alexandre e dos demais Vereadores da Câmara Municipal de Pitangui. Leve o nosso abraço a todos os Vereadores dessa cidade. Fui Vereador e sei a luta de vocês. Sei também que vocês têm trabalhado com muita seriedade e responsabilidade. Portanto desejo que levem o meu abraço ao povo de Pitangui.

Então deixo registrado não apenas o nosso abraço ao povo de Pitangui, mas também o nosso compromisso com os servidores da área da educação e o desejo de que essa greve seja superada. Que dela fique a lição de casa para nós, do governo, para a Oposição, enfim, para todos. Temos de investir mais na educação para darmos, de fato, uma vida melhor para todos os cidadãos. Muito obrigado, Sr. Presidente, até pela tolerância de alguns minutos a mais para o nosso pronunciamento.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, caros telespectadores, depois de alguns dias de ausência desta tribuna, volto para registrar um fato muito importante. Ontem tive a oportunidade de viajar a Capelinha com o Governador Anastasia. Fomos até as cidades de Água Boa e Paulistas. Trago-lhes algumas boas notícias, além da inauguração do Processo nesses dois Municípios. São duas boas notícias. Uma delas até ferirá o sentimento profundo do Deputado Domingos Sávio, porque é exatamente aquele nosso sonho de ter a estrada de ferro naquela região. O Governador disse-nos que os estudos estão em andamento nas Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento. A parceria público-privada já está sendo estudada para o possível início das obras dessa ferrovia. O que está sendo discutido é seu traçado, por onde passar, se será utilizado o antigo leito da Estrada de Ferro Bahia-Minas.

Nessa viagem, ao chegar à Capelinha, tive oportunidade de mostrar os primeiros plantios de eucalipto da região, feitos em 1972, por meio dos incentivos fiscais do Finor, organizados pelo ex-Presidente da Codevale Fidelcino Viana, quando tivemos a oportunidade de ir a São Paulo convidar empresários para investir no Alto e Médio Jequitinhonha, onde está aquele maciço florestal contínuo de mais de 250.000ha plantados à época, com incentivos do Finor.

Viajando de helicóptero pela região, mostramos ao Governador as várias ocorrências minerais por Município. Passando por sobre os Municípios, eu indicava ao Governador: "Ali temos grande jazida de estanho; ali, uma de chumbo; mais abaixo, uma de manganês, que é muito importante". Passando sobre Água Boa e Malacacheta, mostrei a área da grande jazida de minério de ferro e, sobre Poté, a grande jazida de calcário. O Governador afiançou-me que estudos estão sendo feitos com muito cuidado para preparar a parceria público-privada. Há apenas um impedimento: a falta da autorização federal para que essa PPP seja feita, para que seja feita essa parceria entre os Estados da Bahia e de Minas Gerais.

Sabemos - e até já revelamos aqui - que houve uma interferência do Governador Jaques Wagner, da Bahia, na tentativa de levar a estrada de ferro para lá ou um mineroduto que fizesse transporte até o Porto de Ilhéus, na Bahia. No entanto, esses jazimentos da região de Salinas - não de Salinas, mas da região de Salinas - teriam o escoamento um pouco mais facilitado se a estrada fosse localizada no mesmo local onde existia a antiga Estrada de Ferro Bahia-Minas. Por quê? Porque segundo as informações técnicas - não sou técnico no assunto, mas tenho todas as informações -, 60% do custo de uma ferrovia é constituído pela desapropriação e pela terraplenagem, além disso o tempo de sua implantação depende muito do tipo de topografia que existe na trajetória dessa futura estrada.

Ora, se temos lá um traçado antigo, que pode ser melhorado no futuro, mas que é perfeitamente condizente com a velocidade que hoje trafegam os trens no País - uma média de 26km/hora -, consideramos muito interessante e factível que se possa aproveitar esse antigo leito da Estrada de Ferro Bahia-Minas, uma vez que todos esses leitos são de propriedade das Prefeituras, e todos os Prefeitos se dispõem a doá-los. Portanto, não há necessidade de desapropriação nem de terraplenagem. Economizam-se 60% de uma obra, um custo volumoso.

Por outro lado, o acerto já foi feito, e o Governador participou disso. Foi com o Anastasia que o Consórcio Novo Horizonte fez o compromisso de investimento de US\$3.600.000,00 naquela região, a qual o DNPM está chamando de Novo Eldorado do Brasil. Lá está a maior jazida de minério de ferro, maior que a do quadrilátero ferrífero, a qual há de estimular naturalmente o crescimento e o desenvolvimento dessa região.

Hoje afiançamos, caro Presidente Deputado Doutor Viana, que o futuro muito próximo reserva para aquela região um destino diferenciado, o que pregamos aqui desde 2007, de não termos mais esta terrível dependência do governo. Vale dizer que o compromisso feito pelo Governador Aécio Neves, de aplicar naquela região R\$2,00 para cada R\$1,00 aplicado, ficou um pouquinho alterado, porque o balanço do próprio governo mostra que, para cada R\$1,00 investido nas outras regiões do Estado, na verdade foram investidos R\$3,00 nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Isso é muito importante para nós, para assegurar não apenas a continuidade desse projeto e desse processo. Quem conhece a região sabe. Sabemos muito bem que, na Assembleia, há muitos funcionários, muitos companheiros e poucos Deputados - exceto aqueles do Norte de Minas, originários dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri - que conhecem essa realidade tanto quanto eu. Hoje dizemos que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico acelerou os processos de estudo de aproveitamento das várias riquezas minerais que existem naquela região. Os Prefeitos podem ficar um pouquinho mais felizes, porque o próprio Governador do Estado nos disse que o processo está em andamento, que a PPP está sendo formatada. Além disso foi encaminhado até ao presidente José Serra, na minuta de solicitações do governo de Minas, a implantação de uma ferrovia que corte os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, chegando ao coração do Jequitinhonha, aliás seguindo até o Noroeste do Estado.

Minha presença aqui é para cumprimentar aqueles que, como nós, acreditaram, ao longo do processo, que era possível, sim, fazermos um futuro diferenciado para aquela região; que era possível, sim, sairmos deste estado lastimável de pedir esmola, pedir ajuda, brigar e falar sempre da nossa dependência, da nossa pobreza. Eu dizia, em pronunciamento que fiz em Água Boa, para alguns Prefeitos lá presentes, que, pela primeira vez, podemos bater no peito e dizer: "O Nordeste mineiro é rico, o Nordeste mineiro é importante, o Nordeste mineiro está recebendo atenção do governo do Estado e até, de forma um pouco diferenciada, do governo federal". Não é apenas aquela história de fazer a ponte de Itinga como se fosse a única grande obra necessária naquela região. Na verdade, essa ponte foi feita pela Vale só verificando a possibilidade de ter a jazida de lítio em suas mãos. Então a Vale pagou para ter a jazida de lítio existente em Itinga, na divisa de território com Medina, ou seja, a Vale pagou ao construir a ponte. Mas a construiu com o objetivo posterior de facilitar a retirada do minério daquela região. Hoje há consciência, tanto do Ministério dos Transportes como da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de que é inevitável, de que não há mais como postergar o aproveitamento das riquezas daquela região.

Ao sobrevoar aquela região de helicóptero, com o Governador Anastasia, mostramos-lhe como a preservação ambiental é muito importante naquela área. A maioria dos produtores rurais preserva a mata das cumeeiras, nossos morros. Há uma consciência ecológica bem instalada, e a mineração não fará tanto dano a nossa região. Ao contrário, essa consciência possibilitará que a exploração mineral ocorra com respeito ao meio ambiente, sobretudo com a oportunidade que se busca há tantos anos, de que aquela região tenha uma alavanca para seu desenvolvimento. Para essa alavanca, apesar de todos os processos minerais, das jazidas minerais investigadas, das revelações que estão sendo feitas pelo próprio DNPM dessas jazidas, o mais importante é a ferramenta, que é a estrada de ferro. Está assegurado que a teremos. Não se trata mais de sonho tolo, de campanha de Dom Quixote, esgrimindo por aí contra moinhos de vento, como alguém me chamou aqui, em 2007. Trata-se de realidade que se aproxima e de necessidade do próprio governo de Minas Gerais. Há quantos anos - eu era jovem, estudante e me lembro disto - condenávamos aqui a Hana Corporation por ter mapeado todo o Quadrilátero Ferrífero e escondido do governo o resultado de sua pesquisa para aproveitamento próprio. No passado, vimos pessoas que simplesmente requeriam pesquisa para segurar e, no futuro, negociar.

Em verdade, Sr. Presidente, essa realidade está transformando-se aos poucos, porque o governo do Estado agora assumiu, de fato, a vontade de explorar os minérios existentes nos Vales do Mucuri, Jequitinhonha, e até parte do Vale do Rio Doce, como na região de Guanhães, por exemplo, por onde passamos de helicóptero ontem.

Sr. Presidente, gostaria de registrar neste momento a minha felicidade e alegria de ver chegando mais próximo o momento de que é possível, sim, ter uma ferrovia nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Assim poderemos pensar grande tanto quanto o Triângulo mineiro, o Sul de Minas e a região Central. Teremos a oportunidade de desenvolver a nossa economia e dar uma importante contribuição para Minas Gerais. Será uma contribuição gigantesca para o nosso Estado, uma vez que fomos e somos sempre dependentes da ajuda do governo para resolver os nossos problemas e amparar a nossa população. Com isso poderemos ser independentes do ponto de vista econômico-financeiro, com a geração de milhares de empregos. Só para se ter uma ideia da possibilidade empregatícia desses empreendimentos, é de grande importância o jazimento mineral da região de Salinas, Grão-Mogol, Porteirinha, Monte Azul, e por aí afora, pois só o primeiro jazimento a ser explorado pelo Consórcio Novo Horizonte prevê 3 mil empregos diretos a partir de abril de 2011, época em que a exploração será iniciada. Após estarem feitas todas as instalações, todas as estradas de ferro e todo o trabalho, a perspectiva é de chegar a 12 mil empregos diretos. Para nós isso é importante.

Sr. Presidente, se aquela região tivesse tido a taxa de crescimento da população igual à do Brasil, teríamos hoje seguramente cerca de 6 milhões de habitantes. No entanto caímos de 2.500.000 habitantes para 1.300.000 habitantes. Houve uma fuga generalizada da região do Jequitinhonha e do Mucuri para os grandes Centros, especialmente para Belo Horizonte - e mais especialmente para cidades como Ribeirão das Neves, onde 65% da população é oriunda do Vale de Jequitinhonha -, e outras cidades também, como Igarapé e Divinópolis, que tem um percentual de quase 15% de pessoas vindas do Vale do Mucuri, da extinta estrada de ferro, época em que foram demitidas 5 mil famílias. Portanto estamos aqui preocupados não apenas com o fato de termos um benefício do governo, mas, sobretudo, com a possibilidade que se abre de forma alargada, bonita e gostosa, de termos a redenção econômica da região com a geração de milhares e milhares de emprego em nossa região.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para agradecer a lucidez deste governo em entender esse nosso propósito, essa nossa luta de mais de 30 anos. É a primeira vez que um governo acredita naquilo que defendemos há tanto tempo, que temos uma fronteira mineral boa para ser explorada e que pode contribuir violentamente para o crescimento econômico de Minas Gerais. Basta olhar para trás um pouco e ver que, nos últimos 150 anos, Minas sobreviveu basicamente em função da mineração do Quadrilátero Ferrífero. Foram esses jazimentos minerais que sustentaram a base econômica de Minas Gerais. Estamos abrindo agora um novo Eldorado, um novo espaço onde Minas poderá ser muito rica, contribuindo para que o Estado que mais faz a exportação no Brasil possa dar também ao próprio país uma contribuição ainda maior.

Estou muito feliz e satisfeito com essa viagem de ontem, pois tivemos uma conversa muito boa com o nosso Governador. Hoje, às vésperas de uma eleição, é preciso comentar um aspecto. Minas Gerais não pode sofrer solução de continuidade e, seja a manutenção do Anastasia, seja a vinda de Hélio Costa ou de quem quer que seja, esse projeto tem de ser abraçado, não pode sair da pauta. Aproveito esse meu último minuto para dizer que a minha fala é exatamente para ressaltar esse ponto de que não podemos aceitar que nenhum futuro Governador abandone esse projeto. Como já disse, seja Anastasia, seja Hélio Costa ou quem vier, ele precisa respeitar o sentimento e a vontade daquela região de nunca mais ser dependente, esmolar, à busca de uma pequena ajuda para sobreviver.

E que possamos repovoar aquela região tão bonita, levando de volta os seus filhos e pensando não apenas no hoje, mas também nos nossos filhos e nos filhos de nossos filhos, que são aqueles que virão depois de nós.

É assim que o político deve trabalhar e é assim que esperamos que os candidatos ao governo de Minas operem na região dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e do Nordeste mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/5/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

exonerando Patrik da Silva Martins do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/5/10, a servidora Maria Lúcia Mendes Pinto, CPF nº 293.947.166-53, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, observado o disposto nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, e 17.637, de 14/7/08, 18.803, de 31/3/10, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 15/4/10, o servidor Pedro Carlos Garcia Costa, CPF: 130.157.536/49, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Consultor, no exercício da Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2010

Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 23/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 3/6/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de rádios transceptores e baterias recarregáveis para rádios transceptores.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2010

Nº DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 26/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 7/6/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de serviços de conexão de dados.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lava e Seque Ltda. Objeto: prestação de serviços de lavanderia destinados a lavagem, passagem e esterilização de roupas e lavagem de móveis pertencentes à contratante. Vigência: 12 meses, a partir da

data da assinatura. Licitação: Processo Licitatório nº 2/2010. Pregão Eletrônico nº 2/2010. Dotação orçamentária: 1011011227012009339039(10.1).

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Muriaé. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 10110112270120093390392910.1. Vigência: 24 meses, a partir de 16/3/2009. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Santa Bárbara. Cessionária: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 10110112270120093390392910.1. Vigência: 24 meses, a partir de 16/3/2009. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.